



PORTARIA Nº 004/SUPECOL/PMJP/2026

Designar a servidora **Danielly Melo de Souza**, nomeada pelo **Decreto nº 0168/GAB/PMJP/2026**, para exercer a função de elaboração de editais de licitação, avisos e atos correlatos, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações SUPECOL, os quais serão submetidos à ratificação do Pregoeiro ou Agente de Contratação responsável pela condução do respectivo certame.

O **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, LOURRANT CANTÃO PESSOA, nomeado pelo Decreto nº 709/GAB/PMJP/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º do Decreto nº 308, de 24 de fevereiro de 2022, e

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 618/PGM/PMJP/2025, que concluiu não ser recomendável a designação do mesmo agente público para atuar simultaneamente nas fases de planejamento da contratação e de seleção do fornecedor, em observância ao princípio da segregação de funções, previsto na Lei nº 14.133/2021 e consolidado na jurisprudência do Tribunal de Contas da União TCU;

CONSIDERANDO, contudo, que o referido parecer admite a flexibilização excepcional dessa segregação funcional quando presentes circunstâncias específicas, tais como a insuficiência de quadro de servidores capacitados, desde que a decisão seja devidamente motivada pela autoridade competente, em conformidade com os arts. 20 a 22 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro LINDB;

CONSIDERANDO que a nomeação através da Portaria n. 001/SUPECOL/PMJP/2026 da servidora ANDRÉIA MORESCHI DA SILVA, Economista, matrícula nº 11.332, lotada na SUPECOL, para elaborar, revisar, corrigir, finalizar e providenciar a publicação dos editais de licitação, bem como dos avisos de dispensa de licitação eletrônica, não logrou êxito, não se mostrando adequada para atender às demandas administrativas existentes;

CONSIDERANDO que os Pregoeiros e/ou Agentes de Contratação detêm conhecimento técnico aprofundado acerca dos objetos a serem licitados, bem como maior domínio sobre as especificidades das demandas administrativas, o que contribui para a elaboração mais eficiente, precisa e alinhada dos instrumentos convocatórios;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de organizar e racionalizar os procedimentos administrativos relativos à elaboração de editais, avisos e atos correlatos, estabelecendo atribuições específicas à nova servidora designada, sem prejuízo da atuação excepcional dos Pregoeiros ou Agentes de Contratação, quando necessário à continuidade e eficiência dos processos de contratação pública, observando-se o princípio da segregação de funções;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **Danielly Melo de Souza**, nomeada pelo **Decreto nº 0168/GAB/PMJP/2026**, para exercer a função de elaboração de editais de licitação, avisos e atos correlatos, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações SUPECOL, os quais serão submetidos à ratificação do Pregoeiro ou Agente de Contratação responsável pela condução do respectivo certame.

Art. 2º Compete à servidora designada:

I elaborar, revisar, ajustar e finalizar os editais de licitação e seus anexos;

II elaborar avisos, termos e demais atos necessários à instrução e divulgação dos procedimentos de contratação;

III realizar as adequações técnicas necessárias nos instrumentos convocatórios e documentos correlatos relativos às modalidades licitatórias e às contratações diretas, incluindo Dispensa, Inexigibilidade e demais procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

Art. 3º Nos editais, avisos e atos correlatos deverá constar:

I a assinatura da servidora designada como Elaboradora;

II a assinatura do Pregoeiro ou Agente de Contratação designado para condução do certame, que figurará como Responsável, ratificando as informações constantes no instrumento convocatório.

Art. 4º Excepcionalmente, quando não for possível a elaboração dos instrumentos convocatórios pela servidora designada, em razão de ausência, impedimento, incompatibilidade de demanda ou necessidade administrativa, o Pregoeiro ou Agente de Contratação poderá elaborar o edital ou ato correspondente de forma isolada, assumindo a responsabilidade pela elaboração do instrumento convocatório e pela condução do respectivo procedimento de contratação..

Parágrafo único. A excepcionalidade prevista no caput deverá observar os fundamentos relacionados à eficiência administrativa, à continuidade do serviço público e à insuficiência de pessoal capacitado, em conformidade com os princípios administrativos e com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Ji-Paraná/RO, 06 de março de 2026.

(assinado eletronicamente)

LOURRANT CANTÃO PESSOA
Superintendente de Compras e Licitações
Decreto nº 709/GAB/PMJP/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **LOURRANT CANTÃO PESSOA, SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, em 06/03/2026 às 13:07, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2494674** e o código verificador **84CF6ADD**.

Docto ID: 2494674 v1



DECRETO N. 0168, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Nomeia Danielly Melo de Souza, para ocupar o cargo em comissão de Supervisora de Cotação de Preços da Superintendência Permanente de Compras e Licitações do Município de Ji-Paraná.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o teor do Decreto n. 017, de 06 de janeiro de 2025 ([ID 1494260](#));

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada Danielly Melo de Souza, para ocupar o cargo em comissão de Supervisora de Cotação de Preços da Superintendência Permanente de Compras e Licitações do Município de Ji-Paraná.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 2 de fevereiro de 2026.

Palácio Urupá, em 05 de fevereiro de 2026

[assinado eletronicamente]

AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 05/02/2026 às 19:32, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2407794** e o código verificador **70FE8AE9**.

Docto ID: 2407794 v1



DECRETO N. 0703, DE 17 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre a nomeação da Equipe de Agentes de Contratação/Pregoeiros, para condução dos processos de licitação, no âmbito do Município de Ji-Paraná, e dá outras providências e revoga o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando solicitação do Superintendente Permanente de Compras e Licitação, através do [Memorando 120/CPL/PMJP/RO/2026 de 16/04/2026 \(ID 2611154\)](#).

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada, em consonância com Decreto nº 1383, de 11 de março de 2024, a Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros para condução dos Processos de Licitação, Dispensa e Inexigibilidade do Município de Ji-Paraná, composta pelos seguintes servidores.

§ 1º Agente de Contratação/Pregoeiro:

- I - Hevileny Maria Cabral de Lima Jardim: Agente de Contratação/Presidente Pregoeira;
- II - Sônia Regina da Silva: Agente de Contratação/Pregoeira;
- III - Thaynara de Souza Marconi Leite: Agente de Contratação/Pregoeira;
- IV - Willian Gabriel Resende Matias: Agente de Contratação/Pregoeiro;
- V - Ana Paula de Souza Meireles: Agente de Contratação/Pregoeira.

§ 2º Equipe de Apoio:

- I - Adriana Souza Leite;
- II - Izabelly Paiva Porfírio;
- III - Vivian Vieira de Araújo;
- IV - Neurizete dos Santos;
- V - Danielly Melo de Souza.

Art. 2º A Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros ora nomeados deverão atuar nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei Federal n. 14.133/2021.

Art. 3º Fica revogado o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025 ([ID 2044611](#)).

Art. 4º Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Palácio Urupá, em 17 de abril de 2026

[assinado eletronicamente]
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 17/04/2026 às 10:01, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.jf-parana.ro.gov.br, informando o ID **2613313** e o código verificador **0CA5E1E5**.

Docto ID: 2613313 v1

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 044/SUPECOL/PMJP/RO/2026

ÓRGÃO CONTRATANTE (UASG)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RONDÔNIA (980005)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-3008/2026- SEMES

OBJETO: Aquisição de materiais esportivos, destinados a suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes de Ji-Paraná/RO e viabilizar a execução integral do Termo de Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCEL, com vistas a garantir a infraestrutura adequada para as escolinhas de base, projetos sociais e eventos competitivos, bem como assegurar o direito constitucional ao esporte e lazer da população, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 18/05/2026 às 09:30h (*horário de Brasília*)

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

www.gov.br/compras/pt-br/

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PARTICIPAÇÃO:

- EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS

REGISTRO DE PREÇOS: NÃO

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 167.210,71 (*Cento e sessenta e sete mil, duzentos e dez reais e setenta e um centavos*).

FONTE DE RECURSOS:

Fonte de Recurso: PRÓPRIOS - CONTRAPARTIDA

Unidade: 021302 SEMES

Funcional: 27.0012.1113 0000 - Aquisição de Material Esportivo - Convênio nº 065/2024/PGE-SEJUCEL

Categoria Econômica: 3.3.90.30.00 Material de consumo

Ficha: 1024 -

Fonte de Recursos: CONVÊNIO

Unidade: 021301 Gabinete do Secretário Municipal de Esportes

Funcional: 27.0012.1113.0000 - Aquisição de Material Esportivo - Convênio nº 065/2024/PGE-SEJUCEL

Categoria Econômica: 3.3.90.30.00 Material de consumo

Ficha: 1025

EDITAL: Disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado e ainda no site www.ji-parana.ro.gov.br.

INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:

Todas as informações quanto ao fornecimento/execução do objeto desta licitação, tais como prazos, locais, forma de pagamento, obrigações, sanções administrativas, etc., estão consignados no Anexo I - Termo de Referência.

Demais informações e esclarecimentos: SUPECOL - Superintendência de Compras e Licitações, situada na rua dos Brilhantes, nº 130, bairro Urupá, em Ji-Paraná, estado de Rondônia - CEP 76.900-150-Telefone/WhatsApp: (0xx) 69-99975-2759 – e-mail: supecol@ji-parana.ro.gov.br.

Ji-Paraná, 27 de abril de 2026.

ELABORADO POR:

Danielly Melo De Souza

Decreto nº 0168/GAB/PMJP/2026

RESPONSÁVEL:

Ana Paula de Souza Meireles

Agente de contratação/Pregoeira

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N. 044/SUPECOL/PMJP/RO/2026

PARTICIPAÇÃO – EXCLUSIVA ME/EPP/MEI E EQUIPARADAS

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, através de seu (ua) Pregoeiro (a) e equipe de apoio, nomeados por força das disposições contidas no **Decreto Municipal n. 0703/GAB/PMJP/2026 e Decreto Municipal 004/GAB/PMJP/2026**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, demais regulamentos vinculados aos procedimentos licitatórios e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 18 de maio de 2026, às 09h30min. (Horário de Brasília - DF)

LOCAL (endereço eletrônico): Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras/pt-br/

UASG: 980005

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-3008/2026 - SEMES

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de materiais esportivos, destinados a suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes de Ji-Paraná/RO e viabilizar a execução integral do Termo de Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCEL, com vistas a garantir a infraestrutura adequada para as escolinhas de base, projetos sociais e eventos competitivos, bem como assegurar o direito constitucional ao esporte e lazer da população, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em 27 (vinte e sete) itens, conforme tabela constante do ANEXO II do Edital – Carta Proposta.

1.3. Os itens do presente certame são destinados à PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/MEI/EPP nos termos da Lei Complementar n. 123/2006 e suas alterações.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico - comprasnet/catmat, e as especificações constantes no Anexo II deste edital, prevalecerão às últimas.

1.5.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os

atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Existindo itens de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda **não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.**

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação **em decorrência de sanção que lhe foi imposta;**

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício

do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, **com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada**, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, **o licitante declarará, em campo próprio do sistema**, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

- 3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa **deverá declarar**, ainda, **em campo próprio do sistema eletrônico**, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A **falsidade da declaração** de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, **após a fase de envio de lances**.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor **total do item**;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Quantidade.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta **em quantitativo** inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão **inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros** que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, **sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto**.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento **serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente**.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em **conformidade com o que dispõe o Termo de Referência – Anexo I e a Carta Proposta - Anexo II do Edital**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso **verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato**.

4.9. O município de Ji-Paraná-RO efetuará a retenção do Imposto de Renda eventualmente incidentes sobre o valor de bens, prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, conforme previsto no Decreto Municipal nº 1.330/23, observado cada caso específico tendo como base a Instrução Normativa RF 1.234/2012 e suas alterações.

4.10. Caberá a Contratada destacar na Nota Fiscal dos tributos que eventualmente incidam sobre o valor do bem ou serviço objeto do Edital, nos termos previstos do Decreto Municipal nº 1.330/2023 e Instrução Normativa RB nº 1.234/23.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A **abertura** da presente licitação **dar-se-á automaticamente** em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor total do item**

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavos)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A **etapa de lances** da sessão pública terá **duração de dez minutos** e, após isso, será **prorrogada automaticamente pelo sistema** quando houver lance ofertado **nos últimos dois minutos** do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), **o pregoeiro**, auxiliado pela equipe de apoio, **poderá admitir o reinício da disputa aberta**, para a definição das demais colocações.

- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. **Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.**

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. **No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.**

5.18. Quando a **desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro** persistir por tempo superior a **dez minutos**, a sessão pública será **suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1.empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2.empresas brasileiras;

5.21.2.3.empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4.empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado **permanecer acima do preço máximo** ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. Caso a licitante não se manifeste no prazo máximo de até **10 (dez) minutos** através do **CHAT MENSAGEM ao ser convocada**, ou não aceite negociar pelo valor proposto, poderá o Pregoeiro (a) desclassificar a licitante no item que não se manifestou ou cujo preço permaneça superior ao estimado pela Controladoria Geral de Preços da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.

5.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários **à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados**.

5.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

- 6.1.4. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado de Rondônia – CAGEFIMP;
- 6.1.5. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Município de Ji-Paraná-RO
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o Pregoeiro diligenciará para verificar **se houve fraude** por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 6.3.1. **A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).**
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. **Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 3.6 deste edital.**
- 6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 6.6. **Será desclassificada** a proposta vencedora que:
- 6.6.1. contiver vícios insanáveis;
- 6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.7. No caso de **bens e serviços em geral**, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração**.
- 6.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobre preço considerará o seguinte:
- 6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi - integrada ou integrada, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado;
- 6.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.8.3. No caso de **serviços de engenharia**, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado** pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração**, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.9. Se houver indícios de **inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.**

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo **se limita a sanar erros ou falhas** que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do bem, serviço ou da área especializada no objeto.

6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado.

Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no **ANEXO III deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou documentos digitais.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais **quando houver dúvida em**

relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.12. **A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.**

7.12.1. **Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.**

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. **Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do ANEXO III deste Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.**

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, nos termos da Lei 14.133/21, art. 64 e IN 73/2022, art. 39, §4º, **não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:**

7.14.1. complementação de informações acerca dos **documentos já apresentados** pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja **validade tenha expirado** após a data de recebimento das propostas;

7.15. **Na análise dos documentos de habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.**

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser **manifestada imediatamente**, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. **Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.**

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

8.6. **Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.**

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. **O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.**

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados sítio eletrônico www.ji-parana.ro.gov.br - Portal da Transparência.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

- 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5. fraudar a licitação
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. advertência;
 - 9.2.2. multa;
 - 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo estabelecido na comunicação oficial expedida pelo órgão sancionador.
- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente municipal a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico supecol@ji-parana.ro.gov.br e confirmado através do telefone/WhatsApp (69) 9-9975-2759, das 7:30hs às 13:30hs (horário local).

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF, salvo expressamente consignado outro parâmetro.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.**

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. **Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.**

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://ji-parana.ro.gov.br/>

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

11.11.1.1. Apêndice do Termo de Referência

11.11.2. ANEXO II – Carta Proposta (modelo);

11.11.3. ANEXO III – Documentos para fins de Habilitação;

11.11.3.1. ANEXO III – A – Modelo de Declaração

11.11.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato.

15.1. DO FORO

15.1.1. As partes elegem o **Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO**, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para julgar toda e qualquer demanda oriunda do presente Edital.

Ji-Paraná, 27 de abril de 2026.

ELABORADO POR:

Danielly Melo De Souza

Decreto nº 0168/GAB/PMJP/2026

RESPONSÁVEL:

Ana Paula de Souza Meireles

Agente de contratação/Pregoeira

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO: Aquisição de materiais esportivos diversos para atender as demandas da Secretaria Municipal de Esportes de Ji-Paraná/RO, visando a execução das metas estabelecidas no **Termo de Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCEL**, em conformidade com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. NATUREZA DO OBJETO

1.2.1. O objeto deste Termo de Referência é a aquisição de materiais esportivos, destinados a suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes de Ji-Paraná/RO e viabilizar a execução integral do Termo de Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCEL, com vistas a garantir a infraestrutura adequada para as escolinhas de base, projetos sociais e eventos competitivos, bem como assegurar o direito constitucional ao esporte e lazer da população.

1.2.2 Os itens esportivos compreendem equipamentos para modalidades variadas (bolas, redes, cones, cronômetros, etc.) e materiais de vestuário (uniformes e coletes), necessários para o desenvolvimento motor e técnico dos atletas e alunos da rede municipal de ensino e projetos sociais.

A aquisição tem por finalidade atender às demandas de fomento ao desporto educacional e de alto rendimento, com foco na qualidade técnica, segurança dos usuários (certificações INMETRO/Federações) e durabilidade dos materiais, visando a promoção da cidadania e a execução eficiente das políticas públicas de esporte no município.

1.2.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/21.

1.2.4 A natureza do objeto, dadas suas características, enquadra-se em bens comuns nos termos da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, devendo, portanto, ser licitado por meio do Pregão Eletrônico, com critério de julgamento menor preço por item, visando a aquisição integral dos materiais para atender ao Plano de Trabalho específico do Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCEL.

1.2.5. Pretende-se realizar a referida aquisição mediante **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, configurando-se como **CONTRATAÇÃO POR ESCOPO (ENTREGA ÚNICA)**. O procedimento fundamenta-se na Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 1.384/2024, estratégia selecionada por garantir segurança jurídica ao Plano de Trabalho do Convênio, economia de escala e celeridade no atendimento imediato da demanda das escolinhas, competições e atividades da SEMES.

1.3. Órgão Licitante: Superintendência de Compras e Licitações: SUPECOL

1.4. Unidade Requisitante:

| Orgão | Responsável |
|---|---------------------------|
| Secretaria Municipal de Esporte e Lazer | Alessandro Barroso Duarte |

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no Item 8 do Estudo Técnico 2 de 30/03/2026 (ID 2562240) e no item 6 do presente Termo de Referência.

Atualmente há insuficiência de materiais esportivos essenciais para atender as escolinhas de Base, Torneios e Campeonatos geridos pela Secretaria Municipal de Esportes de Ji-Paraná

Essa carência impacta diretamente a preparação e a participação das equipes em competições oficiais, que exigem equipamentos adequados e em conformidade com as necessidades das modalidades esportivas.

A aquisição destes materiais é imprescindível para garantir a qualidade, segurança e continuidade das atividades esportivas oferecidas aos atletas vinculados aos projetos municipais. Muitos dos materiais atualmente disponíveis encontram-se danificados, obsoletos ou em quantidade insuficiente para atender ao número de praticantes em cada modalidade, o que compromete a eficiência dos treinamentos e, consequentemente, o desempenho das equipes.

Portanto, a aquisição dos materiais esportivos listados é medida necessária e urgente para assegurar condições adequadas de treino, prevenir acidentes, e incentivar a prática esportiva, contribuindo para os objetivos estratégicos da política pública de esporte e lazer do município.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (2026) conforme detalhamento no link a seguir: <https://pncp.gov.br/app/pca/04092672000125/2026>.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1.1. A presente contratação destina-se à **aquisição de materiais esportivos diversos**, visando a execução integral do [Termo de Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCEL](#). O objeto atende às necessidades da Secretaria Municipal de Esportes de Ji-Paraná/RO (SEMES), fundamentando-se na **Lei nº 14.133/2021**, na **Lei nº 14.770/2023** e no [Decreto nº 1.384/2024](#).

3.1.2. A **justificativa** pauta-se no déficit significativo de materiais esportivos nas unidades municipais, comprometendo diretamente o bem-estar da população, especialmente **crianças e adolescentes de 05 a 17 anos**. A aquisição é essencial para garantir o direito constitucional ao esporte e lazer (Arts. 6º e 227 da CF), promovendo a equidade social e oferecendo infraestrutura adequada para que técnicos e atletas alcancem o alto rendimento e a vivência esportiva saudável.

3.2. DO AMPARO LEGAL E INSTITUCIONAL

3.2.1. A contratação observa os princípios da **Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná** (Arts. 91 e 92), que impõe o dever de apoiar e incrementar as práticas esportivas comunitárias. Adicionalmente, atende às competências da SEMES estabelecidas pela [Lei Municipal nº 3.487/2022](#) (Arts. 33 e 34), especialmente no que tange ao desenvolvimento de projetos que disseminem o bom relacionamento da juventude por meio do desporto.

3.2.2. Em estrita observância ao **Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990)**, esta administração assegura a prioridade na efetivação do direito ao esporte e lazer (Arts. 4º, 16 e 71), utilizando o esporte como ferramenta de inclusão social, combate à pobreza e formação de cidadãos críticos.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:

4.1. Optou-se pela **Contratação por Escopo (Entrega Única)** via Pregão Eletrônico, por ser a estratégia que melhor se adequa ao rigor do cronograma físico-financeiro do convênio estadual. Esta modalidade garante segurança jurídica, economia de escala e o atendimento imediato da demanda represada, assegurando a aplicação dos recursos repassados pela SEJUCEL dentro de sua vigência atual.

4.2. A gestão da solução será realizada mediante fiscalização rigorosa do recebimento, garantindo que os materiais entregues atendam aos padrões de excelência técnica (ABNT/INMETRO) e federações oficiais, assegurando durabilidade ao bem público e segurança aos usuários.

4.3 Dessa forma, a contratação proposta revela-se não apenas oportuna, mas essencial para assegurar o bom funcionamento das unidades, bem como para promover a melhoria contínua dos serviços prestados à população.

4.4 A solução adotada para a Contratação de Empresa Especializada em fornecimento de materiais esportivos, será por meio do regime de **CONTRATAÇÃO POR ESCOPO (ENTREGA ÚNICA)** para a presente aquisição, preterindo-se o Sistema de Registro de Preços em razão de:

a) Rigor do Prazo de Execução: A aquisição está estritamente vinculada ao ***cronograma físico-financeiro do Termo de Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCEL***, exigindo a entrega integral e imediata dos materiais para viabilizar a prestação de contas dentro da vigência do ajuste estadual;

b) Impossibilidade de Fracionamento: O Plano de Trabalho do Convênio prevê metas predefinidas e quantitativos fixos, tornando a compra por demanda (típica do SRP) incompatível com a celeridade e a obrigação de resultado exigidas pela SEJUCEL;

c) Celeridade e Exequibilidade: A entrega única garante o aparelhamento imediato das escolinhas de base e ginásios, assegurando que o benefício social ocorra tempestivamente e evitando o risco de perda ou devolução de recursos por inexecução no prazo conveniado.

4.5. Caracteriza-se o referido regime pela:

4.5.1. Entrega total do objeto em conformidade com os quantitativos estabelecidos no presente Termo de Referência, devendo o fornecimento ser realizado em cota única, após a emissão da Nota de Empenho, visando o exaurimento do objeto e o cumprimento integral das metas do Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCEL."

4.5.2. Obrigatoriedade de a empresa contratada providenciar a entrega técnica no prazo máximo estabelecido, sob pena de comprometer a execução e ***vigência do Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCEL*** e atrair sanções administrativas.

4.5.3 Vigência e Prorrogação:

4.5.4. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, prazo este que engloba o fornecimento, o recebimento definitivo e o período de garantia dos produtos.

4.5.5. Por se tratar de aquisição de bens, o prazo de vigência poderá ser prorrogado quando o objeto não for concluído no período pactuado, desde que devidamente justificado e respeitado o limite de vigência do

convênio de origem. Essa prorrogação visa garantir o interesse público, mas exige justificativa, verificação de vantagens e, se houver culpa do contratado, aplicação de penalidades.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

5.1. Critérios de sustentabilidade

5.1.1. A ADJUDICADA deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, previstos na Lei nº 12.305/2010 e nas instruções normativas SLTI/MP nº 1 de 2010 e nº 1 de 2014, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

5.2. Não há exigência de marca conforme Estudo Técnico Preliminar anexo, ainda assim só serão aceitos produtos de consumo já consolidado no mercado e de comprovada qualidade.

5.3. Da exigência da amostra:

5.3.1. Não será exigida apresentação de amostra.

5.4 Exigência de catálogo técnico para itens específicos;

5.5 Da Qualificação Técnica Operacional:

Os materiais requisitados são simples e padronizados, facilmente disponíveis no mercado.

A exigência da apresentação de catálogo pelos licitantes é suficiente para assegurar a qualidade e especificidade técnica e a necessidade de conformidade com padrões desportivos.

5.5.1. Como condição de habilitação, o licitante deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa já forneceu materiais esportivos (bolas, redes ou vestuário) em características e quantidades compatíveis com o objeto desta licitação. □

5.5.2. Justificativa da Exigência: A comprovação de aptidão operacional é indispensável para garantir que a contratada possua estrutura logística capaz de realizar a entrega integral em cota única (Contratação por Escopo), evitando riscos de inexecução que comprometeriam o cronograma físico-financeiro do Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCEL.

5.6. Do catálogo

5.6.1 É condição para a formalização da aquisição que a empresa vencedora do certame apresente, após o julgamento e classificação das propostas catálogo contendo informações dos itens: **03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 18 e 19 a 27.**

conforme numeração estabelecida na tabela de descrição constante no Item 6 do Termo de Referência (Dos materiais e quantidades), com seus respectivos descritivos técnicos e devidamente identificados.

5.6.2. Os critérios de avaliação serão EXCLUSIVAMENTE OBJETIVOS, seguindo as especificações dos itens conforme indicados expressamente no edital: (a) Medidas, características técnicas e todas as demais especificações exigidas.

5.6.3. Só serão aceitos produtos que estejam em conformidade com as descrições que constam no Item 8 do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Item 6 dos Materiais e Quantidades:

5.6.4. O catálogo apresentado será analisado por servidores da Secretaria Municipal de Esportes, com amplo conhecimento nas modalidades esportivas dos itens correspondentes, sendo desclassificado o item da licitante que apresentar catálogo incompatível com as especificações exigidas neste Estudo.

5.6.5. Sendo recusada a proposta, a licitante classificada em 1º (primeiro) lugar será prontamente desclassificada.

5.6.6. Justificativa para solicitação de Catálogo:

Considerando a natureza técnica e necessidade de especificações em conformidade com padrões desportivos, a solicitação de catálogo técnico tem por objetivo assegurar que os produtos ofertados estejam em estrita conformidade com as especificações técnicas exigidas no item 6 deste estudo e demais documentos da contratação.

A apresentação dos catálogos permitirá a verificação prévia de características específicas dos itens, tais como

dimensões, materiais de fabricação, funcionalidades, normas técnicas e certificações exigidas, informações essenciais para aferir a aderência às necessidades da Administração Pública, garantir a isonomia entre os licitantes, evitar a entrega de produtos incompatíveis e resguardar a eficiência da contratação.

A exigência do catálogo está fundamentada no artigo 40, §1º, I, da Lei nº 14.133/21, que permite à Administração exigir documentos que comprovem a qualidade técnica dos produtos a serem adquiridos.

A finalidade da solicitação de catálogo para todos os itens, é permitir que esta Administração Pública Municipal, no julgamento da proposta, possa se certificar de que o bem proposto pelo licitante atende a todas as condições e especificações técnicas indicadas na sua descrição, tal como constante neste estudo e em edital. Com isso pretendesse reduzir riscos e possibilitar a quem julga a certeza de que o objeto proposto atenderá à necessidade vislumbrada.

Assim, a solicitação de catálogo técnico se justifica pela necessidade de garantir que os bens ofertados atendam às especificações previstas e permitam maior segurança jurídica, transparência e eficácia no processo de aquisição.

5.6.7 Avaliação Dos Catálogos;

a) Os catálogos apresentados serão analisados por servidores da Secretaria Municipal de Esportes, com amplo conhecimento nas modalidades dos itens correspondentes, sendo desclassificado o item da licitante que apresentar catálogo incompatível com as especificações exigidas neste Estudo, com critérios de avaliação exclusivamente objetivos, conforme especificações dos itens indicadas expressamente no Estudo Técnico Preliminar; seja marca, modelo, medida e demais características técnicas.

b) O Pregoeiro definirá a data da entrega do(s) catálogos no término do Pregão, onde os itens classificados passarão por uma avaliação técnica.

5.6.8 Critérios de Desqualificação

A adjudicada poderá ser desclassificada, se:

a) Deixar de apresentar o catálogo.

5.7. Impactos ambientais

A Contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Lei nº 12.305, de 2010, e nas Instruções Normativas SLTI/MP nº 1, de 2010, e nº 1, de 2014, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente;

Caso haja geração de resíduos sólidos produzidos durante a confecção dos itens, estes deverão ser objeto de descarte e/ou destinação ambientalmente corretas, observados os parâmetros da Política Nacional de Resíduos Sólidos e as demais normas e regulamentos sobre a matéria.

Ressalta-se que não foram encontradas, no Guia de Licitações Sustentáveis da AGU - 6ª Edição Set/2023, recomendações específicas aplicáveis aos bens pretendidos.

5.8. Da garantia

O prazo de garantia será de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, sendo este composto pelo prazo de garantia legal (Lei nº 8.078/1990) acrescido de garantia contratual complementar.

5.9. Da Subcontratação

5.9.1 Não será admitida a subcontratação.

6. DOS MATERIAIS E QUANTIDADES

6.1. As descrições técnicas e os quantitativos dos materiais esportivos a serem adquiridos para a Secretaria Municipal de Esportes (SEMES) estão detalhados na tabela abaixo, em estrita observância ao Plano de Trabalho do Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCEL (ID 2562692) e DFD - Formalização de Demanda 1432 de 10/12/2025 (ID 2428273).

| ORDEM | DESCRIÇÃO | UND | QUANTIDADE |
|-------|--|-----|------------|
| 01 | APITO - Com Bocal de Silicone e Cordão -115 decibéis de alto tom se eleva acima do ruído ambiente, podem ser ouvidos a até 1,6 km de distância 100% fabricados com plástico ABS de alto impacto, por isso são 100% impermeáveis à umidade, sem partes móveis: nada para obstruir o som, nada para quebrar ou congelar. Primeira escolha de: NFL, NCAA, NBA, CFL FIBA e FIFA | UND | 5 |
| 02 | Apito Mesário Arbitro - Material: Plástico Potência: 100 decibéis/ benefícios: emite dois sons (agudo e grave) garantia: 3 meses contra defeito de fabricação. | UND | 5 |
| 03 | Bola de Basquete Feminina Oficial para Jogos Profissionais: A Bola de Basquete Feminina 6.8 aprovada pela Federação Internacional de Basquete (FIBA), Federação Paulista de Basquete (FPB) e Liga Nacional de Basquete (LNB), para jogos profissionais femininos, construção matrizada e acabamento antideslizante que melhora a aderência e firmeza da mão com a bola. Confeccionada em microfibra, oito gomos, miolo cápsula SIS, peso: 510-567g, circunferência 72-74cm, forro multiaxial termofixo. Bola oficial utilizada na temporada vigente da divisão especial do Campeonato da Federação Paulista de Basquete. | UND | 8 |
| 04 | Bola de Basquete Oficial Mirim; Bola de Basquete Oficial - Peso: 250-280g, Circunferência: 49-52cm, Gomos: 8, Laminado: Microfibra, Construção: Matrizada, Câmara : 6D, Sistema de Forro : Multiaxial, Miolo : Cápsula SIS Precesso Extra : Aracnun | UND | 13 |
| 05 | Bola de Basquete Tamanho 5 - Recomendado para jogadores menores de 8 anos/Gênero: Unissex, Peso: 510 - 567 g/Tamanho: Nº 5/Circunferência: 27,5 polegadas (69.85 cm) Composição: Borracha de alta durabilidade e resistente à deformações (PU) | UND | 15 |
| 06 | Bola de Basquete Tamanho 6 - recomendado para jogadores de 9 anos ou mais. Fabricada de acordo com as especificações oficiais da NBA. - Gênero: Unissex /Peso: 510 - 567 g/Tamanho: Nº 6/Circunferência: 28,5" polegadas (72.33 cm) Composição: Borracha de alta durabilidade e resistente à deformações (PU) | UND | 18 |
| 07 | Bola de Futebol de Campo: Circunferência de 68 a 70 cm, 410 a 450 gramas, material PU com 0% de absorção a água, construção Termotec, câmara 6D, camada interna Neogel, dupla colagem, miolo removível e lubrificante. Marca aprovada pela FIFA. | UND | 50 |
| 08 | Bola de Futsal: Material PU, 8 gomos, tamanho de 62 a 64 cm de circunferência, peso de 400 a 440 gramas, construção TERMOTEC, câmara 6 d, camada interna Neogel, miolo removível e lubrificado. Marca aprovada pela FIFA. | UND | 95 |
| 09 | Bola Oficial de Futevôlei, o couro de alta densidade, construção Soft Built Nylon Wound propicia uma maior maciez e conforto e auxilia na manutenção de sua forma original, Características: - Calibragem ideal para FT-5: 3,0 a 4,0 libras - A cor do pino da bola poderá variar entre preto ou branco - 32 painéis - Tamanho 5 OFICIAL - Circunferência: 68-70cm - Peso: 410-450g - Laminada com uma tecnologia diferenciada para um melhor deslize. Preto e Branco - Preto e Amarelo | UND | 8 |
| 10 | Bomba para Encher Bola Double Action, SAC, em Policarbonato, Agulha em Liga Zinco que contém tampa de borracha. | UND | 10 |

| | | | |
|----|--|-----|-----|
| 11 | <p>Bola Society: Características, Peso: 420-450g, Circunferência: 66-69cm, Gomos: 8,</p> <p>Laminado: PU, Construção: Termotec, Câmara: 6D, Sistema de Forro: Termofixo, Camada Interna: Neogel, Miolo: Cápsula SIS, Processo Extra: Dupla Colagem, PU:</p> <p>Conforto. Material Elástico e macio que proporciona um excelente nível de performance.,</p> <p>Termotec: Máxima Performance e Rendimento. Tecnologia de Termofusão que garante 0% de absorção de água, mantendo as propriedades de peso e velocidade da bola. 6D: Precisão Total e Controle absoluto. Composto por 6 discos posicionados simetricamente, que deixam a bola mais esférica. Termofixo: Estabilidade. A câmara é enrolada com fios sintéticos, em um sistema de forro Multiaxial. Neogel: Elasticidade. Composto à base de borracha com amortecimento interno exclusivo Penalty. Cápsula SIS: Possui miolo lubrificado e substituível, além de bico alongado que envolve a agulha impedindo que perfure a câmara de ar, Colagem: Dupla camada de colagem, reforçando ainda mais a junção dos gomos e garantindo a vida útil da bola por muito mais tempo</p> | UND | 70 |
| 12 | <p>Camisa Profissional UNISSEX (MALHA FRIA), SUBLIMAÇÃO, Gola em V, (Disponível Também no Modelo BabyLook) PP, P, M, G E GG, CORES VARIADAS, -</p> <p>Composição 65% POLIESTER - 35% VISCOSE, / Baixo amarrotamento/ Secagem rápida/</p> <p>Praticidade/ Alta durabilidade/ Antipiling (não dá bolinhas) /, COSTURA REFORÇADA/ARTES A SEREM DEFINIDAS PREVIAMENTE PELA SECRETARIA REQUISITANTE.</p> | UND | 300 |
| 13 | <p>Camiseta Dryfit Esportiva ANTI-ODOR Malha Fria Ultra Leve Premium Personalizada Com Sublimação, P, M, G e GG, Masculinas e Femininas (Babylook) - Malha com toque Leve e Macio. NÃO AMASSA/ não precisa passar ferro/ Tecido com TECNOLOGIA ANTI ODOR. / Rápida absorção e evaporação de Suor e não fica marca de suor/ Tecido altamente arejado, não esquenta! CORES VARIADAS/Tecido leve proporcionando melhor flexibilidade e conforto: Secagem Rápida/Maior Absorção do suor/Proteção UV 35+ evitando queimaduras de raios solares/ ARTES A SEREM DEFINIDAS PREVIAMENTE PELA SECRETARIA REQUISITANTE</p> | UND | 100 |
| 14 | <p>MINI CONES Material: Plástico Flexível Altura: 23 CM</p> <p>Aplicação: Atividade Física Características Adicionais: Base 13 X 13</p> | UND | 100 |
| 15 | <p>Mini Cones Chapéu Chinês Material: Pvc Altura: 4 CM</p> <p>Aplicação: Atividade Física Características Adicionais: Cone, Chapéu Chinês, Demarcatório, Cores Variadas</p> | UND | 150 |
| 16 | <p>Peteca de Badminton tubo com 6 unidades - de nylon com base de cortiça, com dimensões aproximadas de 6,5 x 6,5 x 8,5 cm e peso aproximado de 10 gramas.</p> <p>homologada na lista de marcas oficiais da FMB (Federação Mundial de Badminton)</p> | UND | 1 |
| 17 | <p>Raquete de Badminton, confeccionada em aço e nylon, com dimensões aproximadas de 66 x 20 x 3 cm e peso aproximado de 115 gramas. Inclui 3 petecas para jogar imediatamente. Vem com bolsa prática para transporte.</p> | UND | 5 |
| 18 | <p>Saco Para Bola Personalizado/ Saco Rede Para Guardar Bolas/ Dimensões do produto - Dimensões do produto: 80C x 80L x 80A</p> | UND | 6 |

| | | | |
|----|--|-----|----|
| | centímetros, Tipo de alça Ajustável, Capacidade para até 10 bolas de futebol ou vôlei. Bolas maiores como basquetebol pode servir entre 7 a 8 bolas, Material resistente e durável: base em Nylon 600, Alças tipo cordão: transporte confortável e prático, Design dobrável: ocupa pouco espaço quando não está em uso, Cordão resistente com ajustável | | |
| 19 | Rede Vôlei de Praia Premium Personalizada. 2,0 PE Nylon 4 Faixas Personalizadas /Composição: Fio 2,0 Polietileno (Nylon) com tratamento UV Malha 5 cm entre nós; 4 Faixas PVC Night & Day com Impressão Digital HD sendo 7 cm de largura na borda superior e inferior e 20 cm nas laterais; acompanha corda guia; Tamanho: (LxA) 9,50 x 1,00 m; Tamanho da embalagem: 50x35x18 cm; | UND | 2 |
| 20 | Rede Oficial de Vôlei 4 Lonas Profissional modelo VO-4-4A Fio 4mm Seda, Rede com tamanho oficial de 4 lonas de algodão fio 4mm com ilhós metálico e revestimento interno em sintético nas pontas para amarração *Rede com costura dupla, qualidade profissional. Lona Superior com 7cm de largura e lona inferior com 5cm de largura Medidas: 1,0 x 10 metros / Malha 10 x 10 cm / Fio 4mm (Seda) 100% Polipropileno | UND | 5 |
| 21 | Rede de Vôlei praia Profissional (4 Faixas) (Medidas: 9,5m de comprimento e 1,00m de altura. 4 faixas de lona de toldo impermeável, com tecnologia anti desbotamento. Malha de 10cm entre nós (oficial). Fio de nylon 2,00m, com tratamento anti-UV.) | UND | 3 |
| 22 | Rede de Vôlei Oficial 4 Faixas 100% Algodão (Tamanho da rede de vôlei oficial: 9,5m x 1m. Material da rede: fio nylon ou seda 2mm 100% virgem com tratamento UV. 4 faixas de algodão (laterais, inferior e superior). Malha de 10cm entre nós. | UND | 15 |
| 23 | Bola Oficial de Voleibol é utilizada nos campeonatos mundiais, Olimpíadas e principais competições. Bola oficial da CBV Confederação Brasileira de Voleibol matrizada, 18 painéis aerodinâmicos Pannel Microfibra, Tamanho 5 oficial, Circunferência: 65-67cm, Peso: 260-280g, laminada com uma tecnologia diferenciada para um melhor deslize e com tratamento antibactericida. Sistema de Microfibra com tecnologia Double Dimple. Aprovada pela Federação internacional de Voleibol (FIVB), aprovada pela Confederação Brasileira de Vôlei (CBV). Modelo de referência: Mikasa V200W ou similar.de 30 dias contra defeitos de fabricação. Bola Voleibol, Material: Poliuretano/Microfibra original.: 260 A 280 G/Circunferência: 65 A 67 CM | UND | 16 |
| 24 | Bola de Vôlei 8.0 - Aprovada pela Federação Brasileira de Vôlei (FIVB) /Aprovada pela Federação brasileira de vôlei. Resistente a absorção de água. Peso: 260-280g, Circunferência : 65-67cm, Gomos : 18, Laminado : Microfibra, Construção : Termotec, Câmara : 6D, Câmara Interna : Neotec, Sistema de Forro : Termofixo, Selo : IVS - Tested by FIVB,Miolo : Cápsula SIS (Qualidade Igual ou Superior a Marca e Modelo Penalty PRO 8.0) | UND | 16 |
| 25 | Bola de Vôlei Oficial, para quadra Peso: 260-280g Circunferência: 65-67cm Gomos: 12 Laminado: PU SUPER SOFT, Construção: Ultra Fusion Câmara: 6D Sistema de Forro: Termofixo Camada Interna: Evacel Miolo: Cápsula SIS, conforto, maciez e resistência durante a utilização, Benefícios: Maciez e conforto durante o toque. Resistência e durabilidade. Menor absorção de água, câmara Airbility 6D que proporciona precisão e controle absoluto durante os toques e jogadas. Garantia do Fornecedor | UND | 30 |

| | | | |
|----|---|-----|---|
| 26 | Bola Oficial de Vôlei de praia - Material: Painéis: 10/ Nylon Poliéster/ Sistema de válvula para bloquear a areia, couro sintético feito com nylon reciclado/ Câmara interna: 100% borracha butílica/ Circunferência aproximada: 66 - 68 cm/ Peso aproximado: 260 - 280 g (Qualidade Igual ou Superior a Marca e Modelo MIKASA BC550C-WYBR) | UND | 4 |
| 27 | BOLA OFICIAL DE VÔLEI DE PRAIA 1ª LINHA; confeccionada com PU pró; 0% de absorção de água; gomos: 12; circunferência aproximada: 66-68cm; material câmara: borracha butílica; peso aproximado: 260-280g; masculino/feminino; miolo: removível e lubrificável sistema cápsula SIS; tecnologia: Termotec; com selo de aprovação da federação internacional de voleibol, com garantia do fabricante contra defeito de fábrica. | UND | 5 |

6.2. Trata-se de Contratação por Escopo (Entrega Única), na qual os quantitativos foram dimensionados para o suprimento integral e imediato das atividades previstas no cronograma do Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCEL.

6.3. Em caso de divergência entre a descrição do material indicada no sistema de compras e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

6.4. Todos os materiais devem observar os padrões mínimos de qualidade, segurança e certificações (ABNT/INMETRO/Federações) descritos na Justificativa Técnica deste documento.

7. DO DETALHAMENTO DOS CUSTOS:

7.1. Conforme especificado no item 8 do Estudo Técnico Preliminar (ETP), as quantidades e a estimativa do valor da contratação perfazem o montante de **R\$ 161.015,33 (cento e sessenta e um mil, quinze reais e trinta e três centavos)**, cujos valores detalhados encontram-se discriminados na planilha de custos (ID 2508264).

| Nº | Especificação Do Item | Qtd | UND/ MED | Valor Unitário | Valor Total |
|----|--|-----|-------------|----------------|--------------|
| 1 | APITO - Com Bocal de Silicone e Cordão -115 decibéis de alto tom se eleva acima do ruído ambiente, podem ser ouvidos a até 1,6 km de distância 100% fabricados com plástico ABS de alto impacto, por isso são 100% impermeáveis à umidade, sem partes móveis: nada para obstruir o som, nada para quebrar ou congelar. Primeira escolha de: NFL, NCAA, NBA, CFL FIBA e FIFA | 5 | UND | R\$ 51,33 | R\$ 256,67 |
| 2 | Apito Mesário Arbitro - Material: Plástico Potência: 100 decibéis/ benefícios: emite dois sons (agudo e grave) garantia: 3 meses contra defeito de fabricação. | 5 | UND | R\$ 43,33 | R\$ 216,67 |
| 3 | Bola de Basquete Feminina Oficial para Jogos Profissionais: A Bola de Basquete Feminina 6.8 aprovada pela Federação Internacional de Basquete (FIBA), Federação Paulista de Basquete (FPB) e Liga Nacional de Basquete (LNB), para jogos profissionais femininos, construção matrizada e acabamento antideslizante que melhora a aderência e firmeza da mão com a bola. Confeccionada em microfibra, oito gomos, miolo cápsula SIS, peso: 510-567g, circunferência 72-74cm, forro multiaxial termofixo. | 8 | UND | R\$ 534,87 | R\$ 4.278,93 |

| | | | | | | |
|----|---|----|-----|-----|--------|---------------|
| | Bola oficial utilizada na temporada vigente da divisão especial do Campeonato da Federação Paulista de Basquete. | | | | | |
| 4 | Bola de Basquete Oficial Mirim ; Bola de Basquete Oficial - Peso: 250-280g, Circunferência: 49-52cm, Gomos: 8, Laminado: Microfibras, Construção: Matrizada, Câmara : 6D, Sistema de Forro : Multiaxial, Miolo : Cápsula SIS Processo Extra : Aracnun | 13 | UND | R\$ | 319,33 | R\$ 4.151,33 |
| 5 | Bola de Basquete Tamanho 5 - Recomendado para jogadores menores de 8 anos/Gênero: Unissex, Peso: 510 - 567 g/Tamanho: Nº 5/Circunferência: 27,5 polegadas (69.85 cm) Composição: Borracha de alta durabilidade e resistente à deformações (PU) | 15 | UND | R\$ | 124,49 | R\$ 1.867,40 |
| 6 | Bola de Basquete Tamanho 6 - recomendado para jogadores de 9 anos ou mais. Fabricada de acordo com as especificações oficiais da NBA. - Gênero: Unissex /Peso: 510 - 567 g/Tamanho: Nº 6/Circunferência: 28,5" polegadas (72.33 cm) Composição: Borracha de alta durabilidade e resistente à deformações (PU) | 18 | UND | R\$ | 171,16 | R\$ 3.080,88 |
| 7 | Bola de Futebol de Campo : Circunferência de 68 a 70 cm, 410 a 450 gramas, material PU com 0% de absorção a água, construção Termotec, câmara 6D, camada interna Neogel, dupla colagem, miolo removível e lubrificante. Marca aprovada pela FIFA. | 50 | UND | R\$ | 393,86 | R\$ 19.693,00 |
| 8 | Bola de Futsal : Material PU, 8 gomos, tamanho de 62 a 64 cm de circunferência, peso de 400 a 440 gramas, construção TERMOTEC, câmara 6 d, camada interna Neogel, miolo removível e lubificado. Marca aprovada pela FIFA. | 95 | UND | R\$ | 330,19 | R\$ 31.368,37 |
| 9 | Bola Oficial de Futevôlei , o couro de alta densidade, construção Soft Built Nylon Wound propicia uma maior maciez e conforto e auxilia na manutenção de sua forma original, Características: - Calibragem ideal para FT-5: 3,0 a 4,0 libras - A cor do pino da bola poderá variar entre preto ou branco - 32 painéis - Tamanho 5 OFICIAL - Circunferência: 68-70cm - Peso: 410-450g - Laminada com uma tecnologia diferenciada para um melhor deslize. Preto e Branco - Preto e Amarelo | 8 | UND | R\$ | 383,17 | R\$ 3.065,33 |
| 10 | Bomba para Encher Bola Double Action , SAC, em Policarbonato, Agulha em Liga Zinco que contém tampa de borracha. | 10 | UND | R\$ | 66,33 | R\$ 663,33 |
| 11 | Bola Society : Características, Peso: 420-450g, Circunferência: 66-69cm, Gomos: 8, Laminado: PU, Construção: Termotec, Câmara: 6D, Sistema de Forro: Termofixo, Camada Interna: Neogel, Miolo: Cápsula SIS, Processo Extra: Dupla Colagem, PU: Conforto. Material Elástico e macio que proporciona um excelente nível de performance., Termotec: Máxima Performance e Rendimento. Tecnologia de Termofusão que garante 0% de absorção de água, mantendo as propriedades de peso e velocidade da bola. 6D: Precisão Total e Controle absoluto. Composto por 6 discos posicionados simetricamente, que deixam a bola mais esférica. Termofixo: Estabilidade. A câmara é enrolada com fios sintéticos, em um sistema de forro Multiaxial. Neogel: Elasticidade. Composto à base de borracha com amortecimento interno exclusivo Penalty. Cápsula SIS: Possui miolo lubificado e substituível, além de bico alongado que envolve a agulha impedindo que perfure a câmara de ar, Colagem: Dupla camada de | 70 | UND | R\$ | 253,53 | R\$ 17.746,87 |

| | | | | | | |
|----|---|-----|-----|-----|--------|---------------|
| | colagem, reforçando ainda mais a junção dos gomos e garantindo a vida útil da bola por muito mais tempo | | | | | |
| 12 | Camisa Profissional UNISSEX (MALHA FRIA), SUBLIMAÇÃO, Gola em V, (Disponível Também no Modelo BabyLook) PP, P, M, G E GG, CORES VARIADAS, - Composição 65% POLIESTER - 35% VISCOSE, / Baixo amarrotamento/ Secagem rápida/ Praticidade/ Alta durabilidade/ Antipiling (não dá bolinhas) /, COSTURA REFORÇADA/ARTES A SEREM DEFINIDAS PREVIAMENTE PELA SECRETARIA REQUISITANTE. | 300 | UND | R\$ | 61,67 | R\$ 18.500,00 |
| 13 | Camiseta Dryfit Esportiva ANTI-ODOR Malha Fria Ultra Leve Premium Personalizada Com Sublimação, P, M, G e GG, Masculinas e Femininas (Babylook) - Malha com toque Leve e Macio. NÃO AMASSA/ não precisa passar ferro/ Tecido com TECNOLOGIA ANTI ODOR. / Rápida absorção e evaporação de Suor e não fica marca de suor/ Tecido altamente arejado, não esquenta! CORES VARIADAS/Tecido leve proporcionando melhor flexibilidade e conforto: Secagem Rápida/Maior Absorção do suor/Proteção UV 35+ evitando queimaduras de raios solares/ ARTES A SEREM DEFINIDAS PREVIAMENTE PELA SECRETARIA REQUISITANTE | 100 | UND | R\$ | 68,33 | R\$ 6.833,33 |
| 14 | MINI CONES Material: Plástico Flexível Altura: 23 CM Aplicação: Atividade Física Características Adicionais: Base 13 X 13 | 100 | UND | R\$ | 14,63 | R\$ 1.463,33 |
| 15 | Mini Cones Chapéu Chinês Material: Pvc Altura: 4 CM Aplicação: Atividade Física Características Adicionais: Cone, Chapéu Chinês, Demarcatório, Cores Variadas | 150 | UND | R\$ | 8,74 | R\$ 1.311,00 |
| 16 | Peteca de Badminton tubo com 6 unidades - de nylon com base de cortiça, com dimensões aproximadas de 6,5 x 6,5 x 8,5 cm e peso aproximado de 10 gramas homologada na lista de marcas oficiais da FMB (Federação Mundial de Badminton) | 1 | UND | R\$ | 73,00 | R\$ 73,00 |
| 17 | Raquete de Badminton , confeccionada em aço e nylon, com dimensões aproximadas de 66 x 20 x 3 cm e peso aproximado de 115 gramas. Inclui 3 petecas para jogar imediatamente. Vem com bolsa prática para transporte. | 5 | UND | R\$ | 176,33 | R\$ 881,67 |
| 18 | Saco Para Bola Personalizado/ Saco Rede Para Guardar Bolas/ Dimensões do produto - Dimensões do produto: 80C x 80L x 80A centímetros, Tipo de alça Ajustável, Capacidade para até 10 bolas de futebol ou vôlei. Bolas maiores como basquetebol pode servir entre 7 a 8 bolas, Material resistente e durável: base em Nylon 600, Alças tipo cordão: transporte confortável e prático, Design dobrável: ocupa pouco espaço quando não está em uso, Cordão resistente com ajustável | 6 | UND | R\$ | 96,67 | R\$ 580,00 |
| 19 | Rede Vôlei de Praia Premium Personalizada. 2,0 PE Nylon 4 Faixas Personalizadas /Composição: Fio 2,0 Polietileno (Nylon) com tratamento UV Malha 5 cm entre nós; 4 Faixas PVC Night & Day com Impressão Digital HD sendo 7 cm de largura na borda superior e inferior e 20 cm nas laterais; acompanha corda guia; Tamanho: (LxA) 9,50 x 1,00 m; Tamanho da embalagem: 50x35x18 cm; | 2 | UND | R\$ | 796,67 | R\$ 1.593,33 |
| 20 | Rede Oficial de Vôlei 4 Lonas Profissional modelo VO-4-4A Fio 4mm Seda, Rede com tamanho oficial de 4 lonas de algodão fio 4mm com ilhós metálico e revestimento interno em sintético nas pontas para | 5 | UND | R\$ | 506,63 | R\$ 2.533,17 |

| | | | | | | |
|----|--|----|-----|-----|--------|---------------|
| | amarração *Rede com costura dupla, qualidade profissional. Lona Superior com 7cm de largura e lona inferior com 5cm de largura Medidas: 1,0 x 10 metros / Malha 10 x 10 cm / Fio 4mm (Seda) 100% Polipropileno | | | | | |
| 21 | Rede de Vôlei praia Profissional (4 Faixas) (Medidas: 9,5m de comprimento e 1,00m de altura. 4 faixas de lona de toldo impermeável, com tecnologia anti desbotamento. Malha de 10cm entre nós (oficial). Fio de nylon 2,00m, com tratamento anti-UV.) | 3 | UND | R\$ | 453,30 | R\$ 1.359,90 |
| 22 | Rede de Vôlei Oficial 4 Faixas 100% Algodão (Tamanho da rede de vôlei oficial: 9,5m x 1m. Material da rede: fio nylon ou seda 2mm 100% virgem com tratamento UV. 4 faixas de algodão (laterais, inferior e superior). Malha de 10cm entre nós. | 15 | UND | R\$ | 433,30 | R\$ 6.499,50 |
| 23 | Bola Oficial de Voleibol é utilizada nos campeonatos mundiais, Olimpíadas e principais competições. Bola oficial da CBV Confederação Brasileira de Voleibol matrizada, 18 painéis aerodinâmicos Painei Microfibra, Tamanho 5 oficial, Circunferência: 65-67cm, Peso: 260-280g, laminada com uma tecnologia diferenciada para um melhor deslize e com tratamento antibactericida. Sistema de Microfibra com tecnologia Double Dimple. Aprovada pela Federação internacional de Voleibol (FIVB), aprovada pela Confederação Brasileira de Vôlei (CBV). Modelo de referência: Mikasa V200W ou similar.de 30 dias contra defeitos de fabricação. Bola Voleibol, Material: Poliuretano/Microfibra original.: 260 A 280 G/Circunferência: 65 A 67cm | 16 | UND | R\$ | 539,67 | R\$ 8.634,67 |
| 24 | Bola de Vôlei 8.0 - Aprovada pela Federação Brasileira de Vôlei (FIVB) /Aprovada pela Federação brasileira de vôlei. Resistente a absorção de água. Peso: 260-280g, Circunferência : 65-67cm, Gomos : 18, Laminado : Microfibra, Construção : Termotec, Câmara : 6D, Câmara Interna : Neotec, Sistema de Forro : Termofixo, Selo : IVS - Tested by FIVB,Miolo : Cápsula SIS (Qualidade Igual ou Superior a Marca e Modelo Penalty PRO 8.0) | 16 | UND | R\$ | 573,00 | R\$ 9.168,00 |
| 25 | Bola de Vôlei Oficial , para quadra Peso: 260-280g Circunferência: 65-67cm Gomos: 12 Laminado: PU SUPER SOFT, Construção: Ultra Fusion Câmara: 6D Sistema de Forro: Termofixo Camada Interna: Evacel Miolo: Cápsula SIS, conforto, maciez e resistência durante a utilização, Benefícios: Maciez e conforto durante o toque. Resistência e durabilidade. Menor absorção de água, câmara Airbility 6D que proporciona precisão e controle absoluto durante os toques e jogadas. Garantia do Fornecedor | 30 | UND | R\$ | 367,46 | R\$ 11.023,80 |
| 26 | Bola Oficial de Vôlei de praia - Material: Paineis: 10/ Nylon Poliéster/ Sistema de válvula para bloquear a areia, couro sintético feito com nylon reciclado/ Câmara interna: 100% borracha butílica/ Circunferência aproximada: 66 - 68 cm/ Peso aproximado: 260 - 280 g (Qualidade Igual ou Superior a Marca e Modelo MIKASA BC550C-WYBR) | 4 | UND | R\$ | 633,09 | R\$ 2.532,35 |
| 27 | BOLA OFICIAL DE VÔLEI DE PRAIA 1ª LINHA ; confeccionada com PU pró; 0% de absorção de água; gomos: 12; circunferência aproximada: 66-68cm; material câmara: borracha butílica; peso aproximado: 260-280g; masculino/feminino; miolo: removível e lubrificável sistema cápsula SIS; | 5 | UND | R\$ | 327,90 | R\$ 1.639,50 |

| | | | |
|---|--|--|----------------|
| tecnologia: Termotec; com selo de aprovação da federação internacional de voleibol, com garantia do fabricante contra defeito de fábrica. | | | |
| Valor Total Cotado | | | R\$ 161.015,33 |

7.2. Com base nos quantitativos unificados e na pesquisa de preços estimativa realizada exclusivamente junto ao mercado local, abrangendo os municípios de **Ji-Paraná (ID 2490454), (ID 2490495) e Alvorada do Oeste (ID 2508259)**, o valor estimado para a contratação é de **R\$ 161.015,33 (cento e sessenta e um mil, quinze reais e trinta e três centavos)**.

7.3 Vale ressaltar que os valores descritos acima tratam-se de estimativa do valor da contratação conforme preceitua o art. 18, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, onde a pesquisa de preço será realizada pela Controladoria Geral de Preços CGP conforme o Decreto nº 1127/2024.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS:

8.1.1 Regime de Execução: O fornecimento será realizado sob o regime de EXECUÇÃO POR ESCOPO (ENTREGA ÚNICA), mediante a emissão de Nota de Empenho Global, visando o atendimento imediato do cronograma físico-financeiro do Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCEL.

8.1.2 Condições de entrega do Objeto:

8.1.3 A DETENTORA deverá entregar os materiais acondicionados em embalagem atóxica, adequada e individualizada, constando, de forma visível, as informações necessárias para identificação dos itens e estar de acordo com o que consta em autorização de fornecimento, visando o correto recebimento pelo requisitante.

8.1.4. Fiscalização: A fiscalização e o recebimento técnico ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEMES), por meio de servidores designados, responsáveis por atestar a conformidade dos materiais com os padrões de federações oficiais (FIFA, FIBA, etc.).

8.2. Prazo de Entrega:

8.2.1. O prazo máximo de entrega é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em cota única e integral.

8.2.2. O prazo de garantia será de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, sendo este composto pelo prazo de garantia legal (Lei nº 8.078/1990) acrescido de garantia contratual complementar.

8.2.3. Prorrogação: Pedidos de prorrogação deverão ser solicitados com antecedência mínima de 48h, acompanhados de justificativa idônea (carta do fabricante, laudo técnico ou sinistro). A solicitação será analisada pela SEMES sob o rigor do prazo fatal de execução do convênio estadual. Em caso de denegação, o fornecedor sujeita-se às penalidades por atraso.

8.2.4. Local e Logística: Os materiais deverão ser entregues na Av. Clóvis Arraes (RO-135), km 01, S/N, saída para Nova Londrina, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 13h00min. A entrega compreende transporte, descarregamento e acondicionamento no interior da dependência.

8.3. Das condições de recebimento:

a) A detentora deverá se responsabilizar pelo descarregamento, fornecendo mão de obra apta e suficiente para a entrega dos itens licitados no local indicado pelo agente público responsável pelo recebimento.

b) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da DETENTORA pelos prejuízos resultantes da incorreta entrega do objeto.

8.3.1. Do Recebimento: Os recebimentos dos bens ficarão a cargo da Controladoria de Patrimônio e/ou Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, conforme descrito a seguir.

8.3.2 Provisório:

Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, para conferência de volumes, integridade das embalagens e confronto com a Nota Fiscal. O canhoto da nota não configura recebimento definitivo. o prazo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação detalhada da conformidade dos itens com as especificações editalícias.

a) os produtos deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio equipamento, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação dos itens;

b) condições da embalagem e/ou dos itens;

c) quantidade entregue;

d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador, descrição do equipamento entregue, quantidade, preços unitário e total.

e) correspondência de marca/modelo do equipamento com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;

f) compatibilidade dos produtos entregues com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora.

8.3.3 Do Recebimento Definitivo: Ocorrerá em até 15 (quinze) dias úteis após o provisório, compreendendo as seguintes verificações:

- a) Presença de selos de federações oficiais (FIFA, FIBA, FIVB) gravados nas bolas;
- b) Conformidade do vestuário com a ABNT NBR 13371 e laudos de proteção UV;
- c) Testes de campo (quique, peso e absorção) para validar tecnologias de termofusão (Termotec);
- d) Correspondência absoluta entre marca/modelo entregue e a proposta vencedora.

8.3.4 Não Conformidade e Trocas: Verificada falha ou má qualidade, materiais sem procedência legal ou em desacordo com as normas de propriedade industrial". (materiais "piratas" ou fora das normas), será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora para que proceda à sua correção no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, sob pena de sanções legais. A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, reserva-se o direito de rejeitar material cuja qualidade técnica seja comprovadamente baixa.

8.3.5 Vícios Ocultos: O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por defeitos verificados durante o uso, obrigando-se à substituição sem ônus para o Município, conforme o Código de Defesa do Consumidor.

8.4. Das condições de transporte:

a) O transporte deve se dar de forma adequada, de maneira que o material chegue a unidade requisitante intacto, sem avarias;

b) A detentora deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos materiais, sem qualquer ônus para o Município, correndo por conta da detentora todas as despesas com embalagens, seguros, transportes, fretes e tributos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega dos itens;

c) A detentora deverá repetir procedimentos de entrega/ou retirada dos materiais às suas próprias custas, para correção de falhas verificadas, principalmente na hipótese de aquisição do objeto em desacordo com as condições pactuadas.

8.5. Liquidação: Atendidas as condições, será registrado o atestado na Nota Fiscal e rol de documentos, balizados pela Instrução Normativa nº 04/CGM/PMJP/2024, para fins de pagamento.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. FORMALIZAÇÃO DO PEDIDO

O pedido deverá ser formulado através da Autorização de Fornecimento - Nota de Empenho Global a ser efetuada por este Município, que as enviará à empresa respectiva, através de correio eletrônico informado pela licitante.

9.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.2.1 Fornecer os materiais esportivos em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantitativos e marcas constantes na proposta vencedora e no Plano de Trabalho do Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCEL, realizando a entrega integral no prazo estabelecido.

9.2.2. Assumir, com exclusividade, todos os riscos e despesas (transportes, tributos, encargos sociais e seguros) necessários à perfeita execução do objeto, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos ou infrações a que der causa durante o fornecimento.

9.2.3 Manter, durante todo o período de execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovando-as sempre que solicitado pela fiscalização da SEMES.

9.2.4 Não subcontratar ou transferir, no todo ou em parte, o objeto da contratação, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

9.2.5. Executar fielmente as condições de fornecimento em conformidade com o estabelecido, comunicando imediatamente à SEMES, por escrito, a ocorrência de qualquer fato impeditivo ou relevante que possa comprometer o cronograma de entrega, visando preservar a execução do convênio estadual.

9.2.6. Providenciar a atualização imediata dos números de telefone e e-mail corporativo, garantindo o suporte direto via WhatsApp conforme exigido nos critérios de seleção do ETP.

9.2.7. Indicar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, um novo preposto (nome, RG e CPF), por escrito, nas ocasiões em que houver a substituição daquele indicado na proposta.

9.2.8. Comprovar, no ato da entrega e para fins de liquidação, a regularidade fiscal e trabalhista (FGTS, INSS, Federal, Estadual, Municipal e CNDT), em observância à Instrução Normativa nº 04/CGM/PMJP/2024.

9.2.9 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato

9.2.10 Responsabilizar-se por danos pessoais e/ou prejuízos causados por seus funcionários ao patrimônio da Prefeitura ou a terceiros durante o descarregamento e acondicionamento dos materiais.

9.2.11 Responder pelos danos causados diretamente A Administração Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento dos materiais;

9.2.12 Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da Prefeitura Municipal e seus órgãos;

9.2.13 Garantir a autenticidade dos produtos, assegurando que todas as bolas apresentem os selos de certificação das federações oficiais (FIFA, FIBA, FIVB) e que o vestuário atenda aos requisitos de proteção UV e normas da ABNT.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Emitir a Nota de Empenho Global para a entrega integral dos materiais esportivos e exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento das especificações técnicas e prazos mencionados neste Termo de Referência;

10.2. Designar servidor(es) para atuar(em) como fiscalizador(es) do contrato, em observância ao disposto no artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurando a conferência técnica dos selos de federações e normas ABNT;

10.3. Efetuar o pagamento à empresa de acordo com as condições de preço e prazos estabelecidos, após o recebimento definitivo e o atestado da nota fiscal, observando o fluxo financeiro do convênio estadual;

10.4. Aplicar as sanções administrativas previstas neste Termo de Referência em caso de inexecução parcial ou total das obrigações, especialmente quanto à entrega de materiais fora das especificações ou atrasos que prejudiquem o cronograma do convênio;

10.5. Destinar locais e condições apropriados para depósito e garantir condições de acesso para o descarregamento e acondicionamento dos materiais fornecidos pela CONTRATADA;

10.6. Zelar pela guarda e manutenção dos materiais esportivos após o recebimento definitivo, garantindo sua correta destinação às escolinhas de base;

10.7. Promover o acompanhamento e a fiscalização da entrega única sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio eventuais falhas e comunicando imediatamente à CONTRATADA para as devidas correções;

10.8. Verificar, no ato da liquidação da despesa, se estão sendo mantidas todas as condições de habilitação e regularidade fiscal exigidas no certame;

10.9. Oferecer à CONTRATADA todas as informações e artes necessárias para a personalização de uniformes e redes, conforme previsto no Plano de Trabalho e as demais informações indispensáveis à efetivação dos serviços.

10.10 Receber o objeto em dias úteis, no horário das estabelecidos no item **8.2.4. Local e Logística:** deste Termo de Referência.

11. DA MEDIÇÃO

A avaliação da execução do objeto se utilizará do conjunto de informações resultantes do acompanhamento correto e pontual de cada entrega, onde deverão constar a relação dos itens entregues, data e nome do técnico responsável pelo seu recebimento definitivo.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a empresa devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de entregas até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

O recebimento do objeto será realizado pelo fiscal técnico e/ou administrativo e Comissão de Recebimento, emitindo um termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências técnicas e administrativas, respectivamente;

Se a fiscalização for realizada por apenas um servidor, o Termo Detalhado deve conter o registro, análise e conclusão sobre as ocorrências na execução do contrato, abrangendo aspectos técnico-administrativos, e outros documentos necessários, sendo então encaminhado ao gestor do contrato;

Realizar a análise de toda a documentação apresentada e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação total e o pagamento da despesa, indicar os termos contratuais pertinentes, solicitando à Detentora, por escrito, as respectivas correções;

Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

Aprovada a medição e estando o valor disponível para pagamento, a empresa deverá emitir a nota fiscal;

A nota fiscal/fatura não aprovada será devolvida ao licitante vencedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se novo prazo a partir da data de sua reapresentação;

A devolução da nota fiscal/fatura não aprovada pela Prefeitura Municipal de Ji-Paraná em hipótese alguma servirá de pretexto para que a empresa suspenda o fornecimento do produto;

A nota fiscal deve ser acompanhada obrigatoriamente pela comprovação da regularidade fiscal obtida através de consulta aos sites eletrônicos oficiais;

Após o cumprimento de todas as exigências acima, o Gestor autorizará o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias a contar da aprovação;

11.1 As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) optantes pelo Simples Nacional não sofrerão a retenção de tributos federais (IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS), desde que:

- a) Apresentem, juntamente com a Nota Fiscal, a Declaração de Opção pelo Simples Nacional, devidamente assinada pelo representante legal, conforme modelo previsto na legislação;
- b) Indiquem na Nota Fiscal a alíquota aplicável e o valor da retenção do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), caso o serviço prestado esteja sujeito à retenção na fonte, conforme a Lei Complementar nº 116/2003 e legislação municipal de Ji-Paraná.

11.2. Liquidação: Atendidas as condições, será registrado o atestado na Nota Fiscal e rol de documentos, balizados pela Instrução Normativa nº 04/CGM/PMJP/2024, para fins de pagamento.

11.3. Prazo de pagamento

O prazo de pagamento deve contar do recebimento definitivo (liquidação da despesa).

O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta corrente informada na proposta do fornecedor, no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo pela fiscalização, e/ou do recebimento do documento fiscal.

12. Da garantia

a) O prazo de garantia será de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, sendo este composto pelo prazo de garantia legal (Lei nº 8.078/1990) acrescido de garantia contratual complementar.

b) Caso a empresa detentora ofereça garantia superior, está prevalecerá.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. Forma de seleção

A modalidade adotada para esta contratação é o Pregão, na forma eletrônica, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas demais normas regulamentares aplicáveis. Este procedimento definirá o fornecedor selecionado por meio de disputa pública e transparente.

13.2. Critério de julgamento da proposta:

O critério de julgamento será o Menor Preço por Item. Esta escolha visa promover o equilíbrio entre preço, qualidade e eficiência, permitindo a ampla competitividade entre fornecedores especializados e garantindo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em observância ao princípio da isonomia

13.3. FORMA DE ADJUDICAÇÃO

O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, sob o regime de ampla concorrência.

14. DA FONTE DE RECURSOS:

Fonte de Recurso: PRÓPRIOS - CONTRAPARTIDA

Unidade: 021302 SEMES

Funcional: 27.0012.1113 0000 - Aquisição de Material Esportivo - Convênio nº 065/2024/PGE-SEJUCEL

Categoria Econômica: 3.3.90.30.00 Material de consumo

Ficha: 1024 -

Fonte de Recursos: CONVÊNIO

Unidade: 021301 Gabinete do Secretário Municipal de Esportes

Funcional: 27.0012.1113.0000 - Aquisição de Material Esportivo - Convênio nº 065/2024/PGE-SEJUCEL

Categoria Econômica: 3.3.90.30.00 Material de consumo

Ficha: 1025

14.1 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O Contrato e outro instrumento hábil/contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/21, art.117 caput).

14.2. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.2.1 A gestão dos contratos decorrentes será realizada por servidor(es) formalmente designado(s), conforme prevê o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com a finalidade de acompanhar, fiscalizar e garantir a correta execução do objeto, conforme os termos pactuados.

14.2.2 A execução do contrato será acompanhada por representantes da Administração especificamente designados, conforme o Art. 117 da Lei nº 14.133/2021, serão designados por meio de portaria específica:

- **14.2.2.1** Gestor do Contrato: responsável por acompanhar e controlar a execução do contrato sob os aspectos administrativos, promovendo a interlocução entre a Administração e a contratada, e solicitando providências quando necessário.
- **14.2.2.2** Fiscal do Contrato: Responsável pelo acompanhamento técnico direto, verificando se os materiais esportivos entregues estão em conformidade com as especificações técnicas constantes do edital e Termo de Referência, registrar ocorrências e emitir relatórios de recebimento provisório e definitivo.

14.2.3. Atribuições Específicas da Fiscalização Técnica:

No exercício de suas atividades, o Fiscal do Contrato deverá observar, dentre outros, os seguintes procedimentos específicos para a garantia da qualidade dos materiais:

- Conferência de Certificações: Verificar, no ato da entrega, se as bolas e equipamentos possuem as gravações e selos das federações exigidas (FIFA, FIBA, FIVB) e certificações do INMETRO, quando aplicável.
- Análise de Conformidade: Confrontar os materiais entregues com os Catálogos Técnicos apresentados pela licitante durante a fase de julgamento, garantindo que não haja substituição por marcas ou modelos de qualidade inferior.
- Registro de Ocorrências: Anotar em relatório próprio todas as falhas detectadas (ex: bolas com perda de pressão, costuras irregulares ou vestuário com defeito na sublimação) e notificar o Gestor do Contrato para abertura de processo de substituição.

14.2.4. Periodicidade e Fluxo de Gestão:

- Monitoramento: A fiscalização será realizada a cada entrega de materiais, com a emissão de Termo de Recebimento Provisório e Definitivo.
- Comunicação: O canal de suporte facilitado (via WhatsApp/E-mail) será utilizado para agilizar a resolução de pendências técnicas entre o Fiscal e o Preposto da Contratada.
- Avaliação de Desempenho: Ao final do contrato ou após cada entrega vultosa, o fiscal emitirá relatório sobre o cumprimento dos prazos e a qualidade do suporte prestado, o que subsidiará futuras contratações e possíveis aplicações de sanções em caso de reincidência de faltas.

14.3. DA RESPONSABILIDADE

14.3.1. A atuação do Gestor e do Fiscal não exclui nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA na perfeita execução de suas tarefas.

14.3.2. À CONTRATANTE é reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização, sem que isso restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA.

14.4 DO RECEBIMENTO E COMISSÃO DE RECEBIMENTO

O recebimento dos materiais seguirá o Art. 140 da Lei nº 14.133/2021:

- **14.4.1.** Recebimento Provisório: Realizado pelo Fiscal do Contrato e/ou Comissão no ato da entrega, para posterior conferência.
- **14.4.2.** Recebimento Definitivo: Realizado pela Comissão de Recebimento (mínimo de 3 membros), após verificação técnica detalhada, em até 15 quinze úteis após o recebimento provisório.
- **14.4.3.** Papel do Gestor no Recebimento: O Gestor do Contrato validará o Termo de Recebimento Definitivo emitido pela Comissão para fins de autorização do pagamento.

15. DA EXECUÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

15.1. A presente contratação, exaure-se com a entrega integral dos materiais esportivos e o recebimento definitivo pela SEMES, não gerando Ata de Registro de Preços nem admitindo adesões de órgãos não participantes.

15.2. O contrato decorrente deste Termo de Referência terá vigência de 12 (doze) meses, prazo necessário para cobrir a entrega, o suporte pós-venda e o período de garantia técnica dos materiais, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

15.3. Toda e qualquer comunicação entre a Administração e a CONTRATADA deverá ser feita por escrito, preferencialmente por meio eletrônico oficial ou WhatsApp preferencialmente corporativo, integrando os autos do processo administrativo.

15.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Superintendência de Compras e Licitações (SUPECOL) e pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEMES), com suporte da Procuradoria Geral do Município, observando-se sempre o interesse público e a salvaguarda dos recursos do convênio estadual.

16. CONDIÇÕES GERAIS:

16.1 Qualquer tolerância da Administração Pública quanto a eventuais infrações não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente;

16.2 Cumprir e fazer cumprir, todas as diretrizes, normas, regulamentos impostas por este Termo de Referência.

16.3 A Contratada se obriga a aceitar acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas respeitando os limites do artigo 125 da Lei 14.133/2021 e suas alterações, de até 25% (vinte e cinco por cento), tendo como base os preços constantes da(s) proposta(s) Contratada(s), diante de necessidade comprovada da Administração.

16.4 Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

17. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

17.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo este que compreende o fornecimento integral dos materiais, o recebimento definitivo e o período de garantia técnica.

17.2. A vigência mencionada no item anterior poderá ser prorrogada por igual período, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, desde que tecnicamente justificado, haja interesse da Administração e seja respeitado o limite de vigência do **Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCEL**.

17.3 A vigência contratual poderá ser estendida sucessivamente para fins de acompanhamento da garantia e suporte técnico, respeitada a legislação vigente e o interesse da Administração Municipal de Ji-Paraná.

18. DA RESCISÃO

O não cumprimento das obrigações assumidas autorizam o Município a rescindir unilateralmente o Contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável o disposto nos artigos 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

O contratos poderá ainda ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração.

19. DOS PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

19.1. Os preços ofertados serão fixos e irrevogáveis durante o prazo de execução da entrega (30 dias), devendo incluir todas as despesas diretas e indiretas necessárias para o fornecimento integral em Ji-Paraná.

19.2. Eventual alteração ou atualização dos preços contratados somente ocorrerá em caráter excepcional, visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nas seguintes situações:

- **19.2.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, decorrentes de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, nos termos da alínea "d" do inciso II do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
- **19.2.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais com comprovada repercussão sobre os custos dos materiais esportivos;

- **19.2.3.** Caso a vigência contratual ultrapasse o prazo de 1 (um) ano, contado da data de apresentação da proposta ou do orçamento estimado], os preços poderão ser reajustados pelo índice IPCA/IBGE, conforme Lei nº 14.133/2021, mediante pedido da contratada e demonstração da variação inflacionária.
- **19.3** Qualquer pleito de reequilíbrio deverá ser instruído com planilha de custos detalhada e documentos que comprovem a variação do mercado, sendo analisado pela SEMES e pela Procuradoria Geral do Município sob a ótica da vantajosidade e disponibilidade dos recursos do convênio.
- **19.4.** Preclusão: O direito ao reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro preclui (se perde) caso não seja exercido antes da assinatura de termo aditivo de prorrogação ou da extinção do contrato.

20. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

20.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)

Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

20.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;

20.1.2. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;

20.1.3 Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

20.1.4 Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

20.1.5 Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual MEI

20.1.6 Os documentos acima deverão ser apresentados com todas as suas alterações, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados e ainda acompanhado de documentos comprobatórios de seus administradores e procuradores.

20.2 HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)

20.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

20.2.2 Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

20.2.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;

20.2.4. Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual;

20.2.5 Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

20.2.6. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e

20.2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

20.3 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

20.3.1. Certidão Negativa de Ações de Falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, nos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

20.3.2. Na hipótese de apresentação de certidão positiva de recuperação judicial, o (a) Pregoeiro (a) verificará o se o plano de recuperação judicial da licitante foi homologado pelo juízo, conforme determina o artigo 58 da Lei 11.101/2005.

20.3.3 Caso a empresa licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a licitante será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

20.3.4. Balanço patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, assinados pelo representante legal e pelo contabilista responsável, já exigíveis e apresentados na forma estabelecida por lei para cada porte, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

20.3.4.1. As empresas deverão apresentar declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pela licitante dos índices econômicos: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1.

20.3.4.2. Quando qualquer um ou todos os índices econômicos (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) forem inferiores ou igual a 1, a empresa deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido ou capital social no mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

20.3.4.3. Os documentos referidos no item 3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

20.3.4.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

20.3.4.5. O microempreendedor individual (MEI), ainda que dispensado da elaboração de balanço patrimonial nos termos do Código Civil, deverá, para fins licitatórios, apresentar balanço patrimonial (BP) e as demais demonstrações contábeis (DRE), devidamente registrado.

20.4. HABILITAÇÃO TÉCNICA

20.4.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

20.4.2. A comprovação se dará mediante a apresentação de no mínimo 01 (um) ATESTADO fornecido por pessoas de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou, satisfatoriamente, serviços ou fornecimentos iguais ou semelhantes ao objeto desta licitação.

20.4.3. O (s) atestado(s)/certidões deverão estar necessariamente em nome do licitante, ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.

20.4.3.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

20.4.3.2. Os materiais requisitados são simples e padronizados, facilmente disponíveis no mercado.

20.4.3.3. A exigência da apresentação de catálogo pelos licitantes é suficiente para assegurar a qualidade e especificidade técnica e a necessidade de conformidade com padrões desportivos.

20.4.3.4. É condição para a formalização da aquisição que a empresa vencedora do certame apresente, após o julgamento e classificação das propostas catálogo contendo informações dos itens: 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 18 e 19 a 27 conforme numeração estabelecida na tabela de descrição constante no Item 6 do Termo de Referência (Dos materiais e quantidades), com seus respectivos descritivos técnicos e devidamente identificados.

20.4.3.5. O catálogo apresentado será analisado por servidores da Secretaria Municipal de Esportes, com amplo conhecimento nas modalidades esportivas dos itens correspondentes, sendo desclassificado o item da licitante que apresentar catálogo incompatível com as especificações exigidas neste Estudo.

21 SANÇÕES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS:

21.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem

acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Multa:

1. Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas e a h do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea c do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.

4. Para infração descrita na alínea b do subitem 21.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.

5. Para infrações descritas na alínea d do subitem 21.1 a multa será de% a ...% do valor do Contrato.

6. Para a infração descrita na alínea a do subitem 21.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

21.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

21.3.1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

21.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.5 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

21.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.8 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

21.10 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

21.11 DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

21.11.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

21.11.1.1 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

21.11.1.2 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

21.11.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

21.11.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

21.11.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

21.11.2.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

21.11.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

21.11.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

21.11.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

21.11.3.3 . Indenizações e multas.

21.12 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.13 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

22. DAS AQUISIÇÕES OU CONTRATAÇÕES ADICIONAIS

22.1. Por se tratar de Contratação por Escopo com entrega única e imediata, vinculada estritamente ao cumprimento do Plano de Trabalho do Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCCEL, esta contratação não admite a utilização da modalidade de Registro de Preços, não havendo, portanto, previsão de adesão por órgãos não participantes ("caronas").

22.2. Eventuais acréscimos ou supressões do objeto serão regidos pelo Art. 124 da Lei nº 14.133/2021, limitados aos percentuais legais e desde que devidamente autorizados pelo órgão repassador dos recursos (SEJUCCEL), quando for o caso.

23 DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA:

23.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com os quantitativos efetivamente entregues e recebidos definitivamente pela SEMES, devendo obrigatoriamente mencionar: o número do Pregão Eletrônico e do Contrato/Nota de Empenho, a identificação do Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCCEL, a descrição detalhada dos itens, marcas e modelos, conforme a proposta vencedora.

A Nota Fiscal deverá conter a indicação integral do material, conforme a discriminação da Nota de Empenho, marca/modelo, quantidade, e os preços unitário e total.

23.2. Para fins de liquidação e pagamento, a Nota Fiscal deverá vir acompanhada dos seguintes documentos de regularidade, sob pena de suspensão do pagamento: a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Certidão Negativa Conjunta da Receita Federal e Dívida Ativa da União (FEDERAL), Certidão Negativa da Receita Estadual (SEFIN), Certidão Negativa Municipal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT), podendo ser verificadas nos sítios eletrônicos.

23.3. Havendo erro na Nota Fiscal ou descumprimento das condições de habilitação, o documento será devolvido para correção, suspendendo-se o prazo de pagamento até a regularização, sem qualquer ônus financeiro para a Administração Municipal de Ji-Paraná.

23.4. A liquidação da despesa observará o fluxo estabelecido pela Controladoria Geral do Município (CGM) e as normas de prestação de contas da SEJUCEL/PGE-RO, garantindo a rastreabilidade dos recursos do convênio.

24. DA LEGALIDADE

A licitação, os Contratos, as Notas de Empenhos de Aquisição e os pagamentos deverão obedecer e cumprir as seguintes legislações:

- Constituição Federal de 1988 (Arts. 6º, 37, XXI e 217);
- Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos);
- Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- Lei Federal nº 4.320/1964 (Estatística e Controle Orçamentário)
- Decreto Municipal n. 1384/24;

Ji-Paraná, data da Assinatura Eletrônica.

Elaborado por:

Junior Felício Marques
Supervisor Executivo

Aprovado por:

Rui Vieira de Sousa
Supervisor Escolar
Autorizado por:

(assinado eletronicamente)
Alessandro Barroso Duarte
Secretário Municipal de Esporte e Lazer
DECRETO N. 0075/2025



Documento assinado eletronicamente por **RUI VIEIRA DE SOUSA, SECRETARIO(A) MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**, em 23/04/2026 às 16:04, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **JUNIOR FELICIO MARQUES, SUPERVISOR (A) EXECUTIVO - SEMES**, em 23/04/2026 às 16:11, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO BARROSO DUARTE, SECRETARIO MUNICIPAL DE ESPORTES**, em 23/04/2026 às 16:15, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2623202** e o código verificador **0BADF69B**.

Referência: [Processo nº 1-3008/2026](#).

Docto ID: 2623202 v1



ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

1. Informações básicas Processo Administrativo

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade subsidiar a instrução do processo administrativo que visa à Aquisição de Materiais Esportivos visando a execução do Termo de Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCEL para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes do município de Ji-Paraná/RO.

O objeto enquadra-se como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

A contratação fundamenta-se na Lei nº 14.133, de 2021, Lei Nº 14.770, de 22 de Dezembro de 2023, Decreto Municipal Nº 1384 de 11 de Março de 2025, Constituição Federal (arts. 6º e 227).

Ressalta-se que o Município apresenta um déficit significativo desses Materiais Esportivos, cuja inexistência compromete diretamente o bem-estar da população, especialmente crianças e adolescentes que necessitam de materiais adequados para prática esportiva, refletindo negativamente em aspectos sociais relevantes, especialmente no que tange ao direito ao esporte e à vivência esportiva, além de propiciarem melhores condições de equidade para permanecerem devido ao conforto do material adequado e competirem, além de favorecer ao desempenho da prática e condução por meio dos técnicos, incentivando atletas a chegarem ao seu auto rendimento a nível de competição.

Doutra sorte, visto que o Município de Ji-Paraná, consoante a Lei Orgânica tem como princípios fundamentais:

Seção IV

Do desporto e do lazer

Art. 91. O Município apoiará e incrementará as práticas esportivas na comunidade, mediante estímulos especiais e auxílio materiais às agremiações amadoras organizadas pela população em forma regular.

Art. 92. O Município proporcionará meios de recreações sadias e construtivas à comunidade, dando prioridade aos alunos de sua rede escolar de ensino, mediante:

§ 2º Os serviços municipais de esportes e recreação articular-se-ão com as atividades culturais do Município, visando a implantação e o desenvolvimento do turismo.

Assim sendo, conforme Lei Municipal de Nº 3487 de 23 de Fevereiro de 2022, em seu Art. 33:

A Secretaria Municipal de Esportes (SEMES) tem por finalidade essencial planejar, elaborar, coordenar, supervisionar, executar e controlar as atividades, ações e programas relacionados ao esporte nas mais variadas modalidades, em Ji-Paraná.

Corroborado por meio do Art. 34 as seguintes atribuições:

- I - elaborar e propor políticas de desenvolvimento do desporto, através de medidas de incentivo ao esporte no Município;
- II - promover a elaboração de programas e projetos com o objetivo de disseminar através de praticas esportivas o bom relacionamento da juventude ji-paranaense;
- III - promover a participação de estudantes idealizados pela Secretaria Municipal de Esportes; nos programas desportivos e torneios

- IV - desenvolver torneios interbairros objetivando a integração de toda comunidade ji-paranaense;
- V - incentivar, apoiar e fomentar as manifestações esportivas e de lazer, dando lhes dimensão educativa;
- VI- desenvolver atividades esportivas, de lazer e recreação, sob supervisão de profissionais da área, que atenda idosos e portadores de deficiência;
- VII - estimular a participação da população do Município em eventos desportivos e lazer, promovendo competições, cursos e seminários
- VIII - ajustar e desenvolver convênios com órgãos federais e estaduais e entidades particulares objetivando o desenvolvimento das atividades no âmbito esportivo;
- (...)

Assim no cumprimento de suas atribuições constitucionais e legais, tem como responsabilidade a promoção do bem-estar social e do pleno desenvolvimento das crianças, conforme estabelecido, por meio do [Estatuto da Criança e do Adolescente](#) (Lei [Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.](#))

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

(...)

Art. 71. A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Capítulo II

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

(...)

IV - brincar, praticar esportes e divertir-se; (....)

Nesse sentido, a aquisição dos Materiais Esportivos tem como objetivo Proporcionar aos munícipes, alternativas de interação social, entretenimento, promovendo a integração sócio esportiva entre várias representações, gerando atividade econômica e estimulando o desenvolvimento técnico desportivo de alto nível.

Doutra sorte tendo como meta atender e incentivar as crianças de 05 a 17 anos ao esporte no município de Ji-Paraná, objetivando manter as tradições locais, visando estimular o esporte como política pública fortalecedora da democracia, incentivando a participação da sociedade no combate às diversas formas de exclusão, promover o esporte como meio de convergência de esforços dos governos e da sociedade no combate à pobreza e na redução das desigualdades.

Desta forma a administração pública reafirma seu compromisso com a qualidade de vida dos cidadãos, proporcionando um espaço seguro e agradável para o lazer e à convivência familiar.

As escolinhas ofertadas pelas categorias de base, visam ampliar o acesso ao esporte, possibilitar vivências múltiplas nas modalidades em questão, formação de atletas e aprendizado técnico a fim de proporcionar um desenvolvimento harmonioso e global de todos, respeitando sempre os seus estágios de crescimento e desenvolvimento, possibilitando um aumento da motricidade aliado ao aprendizado dos fundamentos exigidos nas modalidades elencadas no projeto.

Sabemos que ações voltadas para o Esporte e lazer só tendem a desenvolver o respeito à liberdade, a igualdade, valorização do próximo, valorização do profissional, e o estímulo ao entendimento das práticas corporais, através desta proposta pretendemos expandir o acesso a estes conhecimentos, de uma perspectiva educativa, estimular os participantes a manter uma atividade continuada que afetará diretamente suas condições corporais e contribuir para a melhoria da qualidade de vida, além de autoestima, confiança, interação social, além de contribuir para desenvolvimento da formação de cidadãos críticos, participativos e transformadores de suas realidades utilizando o esporte como

ferramenta.

Doutra sorte a Administração municipal tem se esforçado em fornecer elementos que propiciem uma vida saudável, contribuindo, dentro de suas possibilidades, de seus limites. É sob essa ótica, que a prefeitura municipal de Ji-Paraná, vem pleitear o mencionado objeto com o intuito de democratizar o acesso ao Esporte educacional e o bem-estar social.

A aquisição dos Materiais Esportivos objeto do presente Estudo Técnico Preliminar será realizada por meio de procedimento licitatório próprio, devidamente instruído nos termos da legislação vigente, configurando-se como alternativa juridicamente válida, economicamente vantajosa e operacionalmente eficiente.

A adoção de procedimento específico assegura ampla competitividade, transparência, seleção da proposta mais vantajosa e observância aos princípios da legalidade, planejamento, economicidade e eficiência, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021, bem como os Decretos Municipais nº 1.385/2024 e nº 1.384/2025.

Tal medida permitirá a implementação das ações previstas no Termo de Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCEL, garantindo a adequada execução da política pública voltada ao fortalecimento do esporte no Município de Ji-Paraná, com impacto direto na promoção da inclusão social, no desenvolvimento motor e na formação cidadã dos jovens ji-paranaenses.

Desta forma, a solução busca não apenas a entrega de bens, mas a garantia de um padrão de **excelência técnica** que suporte o uso intensivo nas escolinhas de base e competições oficiais do município, acarretando também na valorização das práticas esportivas locais.

Assim sendo, a contratação proposta mostra-se necessária e alinhada às competências institucionais da Secretaria Municipal de Esportes, assegurando o cumprimento das disposições da Lei Orgânica Municipal, da Lei Municipal nº 3.487/2022 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente no que se refere à garantia do direito ao esporte, ao lazer e ao pleno desenvolvimento da criança e do adolescente.

2. Descrição da necessidade da contratação (problema a ser resolvido)*

Problema: Carência de materiais esportivos materiais esportivos adequados e em quantidades suficientes, especificamente bolas, que são essenciais para a realização das atividades planejadas. Essa carência compromete diretamente a execução dos programas, afetando a qualidade e o alcance das ações voltadas à inclusão social, ao desenvolvimento integral dos jovens e ao fortalecimento do esporte como política pública. A aquisição visa, portanto, suprir essa lacuna de forma eficiente, garantindo os meios necessários para a continuidade e a expansão das atividades esportivas promovidas pela Secretaria Municipal de Esportes de Ji-Paraná.

Utilização dos Materiais esportivos, serão utilizados conforme descrito:

| Descrição | LOCALIZAÇÃO |
|--|---|
| Escolinha de Futebol de Campo do Capelasso | Bairro Capelasso |
| Escolinha de Basquete | Bairro Jardim das Seringueiras |
| | Quadra da AABB |
| | Quadra Presidencial III |
| | Ginásio Gerivaldão |
| Escolinha Futsal | Quadra Paróquia Nossa Senhora de Fátima |
| | Quadra Jardim dos Migrantes |
| | Ginásio Adão Lamota |
| | Quadra Jardim das Seringueiras |
| | Quadra Copas Verdes |
| | Quadra Park Amazonas |
| | Quadra do Bairro Presidencial III |
| | Quadra do Bairro Capelasso |

| | |
|---------------------------|-----------------------------|
| Escolinha Futebol Society | Quadra do Instituto Kaleo |
| | Quadra Bairro São Francisco |
| | Quadra Bairro Capelasso |
| | Cedel BNH |

Justificativa: A Secretaria Municipal de Esportes de Ji-Paraná, tem por finalidade essencial planejar, elaborar, coordenar, supervisionar, executar e controlar as atividades, ações e programas relacionados ao esporte nas mais variadas modalidades, em Ji-Paraná.

Nesse sentido, o escopo da Política da Secretaria Municipal de Esporte de Ji-Paraná, é reafirmar o dever em promover a inclusão social de jovens além de fomentar o esporte e lazer, assim sendo, a SEMES necessita da abertura de processo licitatório, visando a execução do Termo de Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCEL , dos itens apresentados por meio do Plano de Trabalho AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS de 19/08/2026 (ID 2562692) do visando a execução do Termo de Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCEL, que encontra-se em seu 2º Termo de Aditivo (ID 2562853), visando a aquisição de materiais esportivos, para atender as demandas desta secretaria, por tanto, as seguintes razões.

Faz-se necessidade da Aquisição de materiais esportivos para atender a secretaria de esportes, tendo como objetivo atender as pelas escolinhas de base, Campeonatos em todos os eventos esportivos no decorrer do ano realizados e apoiados pela Secretaria Municipal de Esportes.

Ressaltamos que por meio da aquisição dos referidos materiais pretendemos atender as finalidades e atribuições desta Secretaria em incentivo a a prática e fomento ao Desporto, promovendo dentre outros os seguintes aspectos:

- a) Promoção da Saúde e Bem-Estar: A aquisição de materiais esportivos é essencial para promover a prática regular de atividades físicas e esportivas. Isso contribui para a saúde e o bem-estar dos cidadãos, reduzindo o sedentarismo e prevenindo doenças relacionadas ao estilo de vida.
- b) Incentivo ao Esporte e Lazer: Materiais esportivos são fundamentais para incentivar a participação em atividades esportivas e recreativas. Eles permitem que as pessoas se envolvam em diferentes modalidades esportivas, como futebol, vôlei, entre outras.
- c) Desenvolvimento de Talentos: A disponibilidade de materiais esportivos é crucial para o desenvolvimento de talentos em jovens atletas. Equipamentos adequados permitem que eles treinem e aprimorem suas habilidades, aumentando suas chances de sucesso em competições.
- d) Realização de Eventos Esportivos: A aquisição de materiais esportivos é necessária para a organização de eventos esportivos, como campeonatos, torneios e festivais. Esses eventos promovem a integração social e a competição saudável
- e) Manutenção e Reposição de Estoques: A aquisição regular de materiais esportivos permite a manutenção e reposição dos estoques, garantindo que as atividades esportivas possam continuar sem interrupções, visto que materiais esportivos são considerados bens de consumo de desgaste rápido, o que reforça a necessidade de aquisições periódicas para não interromper as aulas das escolinhas.
- f) Inclusão Social: A disponibilidade de materiais esportivos contribui para a inclusão social, permitindo que pessoas de diferentes idades e habilidades participem de atividades esportivas g)Incentivar a socialização, inclusão e o lazer infantil;
- h) Estimular o desenvolvimento motor, cognitivo e emocional das crianças;
- i) Criar ambientes públicos mais atrativos, acessíveis e saudáveis;

A aquisição de equipamentos de materiais de consumo torna-se necessária à execução das atividades e programas fomentados por esta secretaria, como forma a suprir as diversas demandas, sendo

assim, os diversos materiais esportivos desprovidos em estoque ou em quantidades insuficientes essenciais para a realização de nossas atividades precisam ser substituídos e/ou adquiridos.

Assim sendo, considerando a necessidade de promover a rápida implementação dessa política pública, corroborado ao Prazo de Vigência do Convênio quanto a exequidade, para que não ocorra prejuízos quanto a aplicação dos referidos Recursos.

Desta forma, envidando em manter a continuidade da prestação de todos os serviços ofertados por esta secretaria, com segurança e qualidade na realização das atividades e projetos ofertados, visando sempre o bem estar físico e mental, a integração social e à promoção da saúde em razão de sua extrema necessidade, para atender as atividades das Escolinhas de Base e atender aos eventos e Campeonatos do Calendário Esportivo, justifica - se a aquisição dos materiais esportivos em tela.

Ademais, tais materiais estão sujeitos a desgaste natural decorrente do uso contínuo, bem como a perdas e avarias, tornando necessária sua reposição periódica.

Destacamos que a aquisição proposta não se limita ao suprimento de estoque, mas configura-se como condição *sine qua non* para a execução do Plano de Trabalho (ID 2562692) e do 2º Termo Aditivo (ID 2562853), sendo necessária e imprescindível para assegurar a continuidade, eficiência e qualidade das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Esportes, permitindo o adequado atendimento à população e o cumprimento do interesse público, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e efetividade da Administração Pública.

3. Área requisitante

Secretaria Municipal de Esporte - SEMES

4. Descrição dos requisitos necessários

4.1 - Da natureza da Contratação

4.1.1 - A natureza do objeto deste ETP dadas suas características, enquadra-se em bens comuns nos termos da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, devendo, portanto, ser licitado por meio do Pregão Eletrônico, com critério de julgamento menor preço por item, visando a aquisição integral dos materiais para atender ao Plano de Trabalho específico do Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCEL.

4.2 Exigências Técnicas

- Exigência de Amostra: Não será solicitado

4.2.1 Padrões de Qualidade: Os materiais esportivos deverão ser de primeira qualidade, e materiais resistentes e tecnologia que garantam resistência atendendo ao disposto na legislação e atender a normas técnicas e observar os padrões mínimos de qualidade e segurança estabelecidos pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e possuir certificação compulsória do INMETRO, quando aplicável

A exigência de conformidade com as normas ABNT/INMETRO e federações oficiais (FIBA/CBV) visa garantir a durabilidade do bem público, a isonomia na prática esportiva e a segurança dos usuários, evitando a aquisição de materiais que degradem precocemente ou causem lesões."

4.2.2 Das Certificações Oficiais:

Itens infláveis (Bolas): Devem apresentar o selo de certificação das federações correspondentes (FIFA, FIBA, FIVB) gravados no produto.

Vestuário (Itens 12 e 13): Devem seguir as normas ABNT NBR 13371 (Desempenho de tecidos para vestuário) e possuir laudo de proteção UV quando solicitado.

O fornecedor deverá apresentar, no momento oportuno, atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de equipamentos similares aos objetos desta contratação, em quantidades compatíveis com as previstas no item.

A contratada deverá fornecer todos os componentes dos materiais com garantia contra defeitos de fabricação, acompanhados de manuais de montagem e manutenção, bem como prestar suporte técnico sempre que solicitado, durante o período de garantia.

O licitante deverá apresentar, junto aos demais documentos exigidos para a contratação, Declaração de que possui os documentos infra relacionados ou de que reunirá condições de apresentá-los no momento da assinatura do contrato.

Declaração de compromisso de que fornecerá assistência técnica e suporte ao órgão público contratante sempre que solicitado, especialmente no acompanhamento da instalação dos equipamentos e em eventuais manutenções durante o período de garantia.

Declaração de que os produtos fornecidos atendem às normas técnicas aplicáveis, especialmente à ABNT, INMETRO, e demais legislações correlatas.

4.2.3 - Da Garantia e Assistência:

O prazo de garantia será de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, sendo este composto pelo prazo de garantia legal (Lei nº 8.078/1990) acrescido de garantia contratual complementar.

4.2.4 - Critério de Seleção: O julgamento das propostas será realizado pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, observada a plena regularidade fiscal, trabalhista e a qualificação técnica exigida no edital.

A empresa deve comprovar capacidade técnica e operacional no ramo materiais esportivos e de confecção de uniformes esportivos.

Poderão participar pessoas jurídicas que satisfaçam as exigências de habilitação, e que exerçam atividades compatíveis com o objeto da contratação.

Será obrigação da contratada o cumprimento integral de todas as normas legais previstas no Edital, que sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a mesma por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância.

Será obrigação da contratada o cumprimento integral de todas as normas legais previstas no Edital, que sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a mesma por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância.

4.2.5 - Da Vigência e Preços:

O contrato desta licitação terá vigência de **12 (doze) meses**, respeitado o disposto na Lei nº 14.133/2021. Os preços ofertados serão **fixos e irrevogáveis** pelo período de vigência, devendo incluir todas as despesas diretas e indiretas (transportes, fretes, tributos, seguros e garantias).

4.2.6 - Das Condições de Entrega e Responsabilidades:

- **I Prazo e Logística:**

A entrega será realizada em cota única (ou conforme cronograma da SEMES) em até **30 (trinta) dias** após a assinatura do contrato e recebimento da Nota de Empenho.

Eventuais atrasos devem ser comunicados formalmente com antecedência mínima de **48 horas**, arcando a contratada com todos os custos extras decorrentes, (fretes, seguros, garantias etc...)

- **II Responsabilidade Técnica:** Os materiais deverão seguir rigorosamente as especificações técnicas, garantindo qualidade, conforto e segurança. A contratada assume total responsabilidade pela qualidade de cada unidade fornecida, devendo os itens estar devidamente embalados e identificados conforme as normas do **INMETRO**, **obrigando-se a responder legalmente por produto de má qualidade ou fora das especificações solicitadas.**

- **III. Conferência e Aceite:** A contratante realizará a conferência técnica de cada item no ato do recebimento. Constatada qualquer desconformidade ou má qualidade, a contratada obriga-se a realizar a substituição no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de sanções legais e administrativas.

- **IV. Encargos e Custos:** Estão incluídos no preço proposto todos os custos de realização e entrega (fretes, seguros, tributos e garantias), sendo a execução do contrato submetida à fiscalização direta da Secretaria Municipal de Esportes.

- **V. Qualificação e Regularidade do Fornecedor:** A contratada deverá manter, durante toda a execução, a regularidade perante as autoridades fiscais e trabalhistas, , sem sanções impeditivas., comprovando capacidade técnica e operacional específica no ramo de materiais esportivos e confecção de uniformes.

As propostas serão criteriosamente selecionadas com base na idoneidade do fornecedor, qualidade, experiência no fornecimento dos possibilidade de atendimento de urgência e menor custo.

4.2.7. Da Exigência de Catálogo Técnico e Justificativa:

I. Metodologia de Avaliação:

Como condição para o julgamento da proposta e eventual adjudicação do objeto, a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar catálogo técnico ou documento equivalente do fabricante, contendo informações detalhadas dos itens considerados estratégicos, conforme descritos no **item 8 (Das Quantidades e Estimativa do Valor da Contratação deste Estudo Técnico Preliminar)**, correspondentes às especificações dos itens ali identificados: 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 18 e 19 a 27, com seus respectivos descritivos completos, bem como a indicação clara de marca e modelo.

II. Critérios de Avaliação: A análise dos catálogos será pautada por critérios **EXCLUSIVAMENTE OBJETIVOS**, confrontando as informações do fabricante (medidas, pesos, tecnologias de termofusão e selos de federações) com as especificações exigidas neste Estudo. O catálogo será analisado por servidores da SEMES com expertise técnica nas modalidades esportivas correspondentes.

III. Finalidade e Justificativa:

A exigência de catálogo técnico justifica-se pela necessidade de garantir que os bens ofertados atendam aos rigorosos padrões desportivos exigidos para a execução do Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCEL. Esta medida visa:

Segurança Técnica: Verificar previamente dimensões, materiais e certificações (FIFA, FIBA, FIVB), evitando a entrega de produtos incompatíveis ou de baixa durabilidade;

Eficiência e Isonomia: Permitir que a Administração se certifique da qualidade do bem no momento do julgamento da proposta, reduzindo riscos de inexecução e garantindo a seleção da proposta tecnicamente adequada;

Transparência: Assegurar que o objeto proposto atenda ao Plano de Trabalho do Convênio, em conformidade com os **princípios da transparência, do julgamento objetivo e da seleção da proposta mais vantajosa**, previstos na Lei nº 14.133/2021, garantindo a correta aplicação dos recursos públicos e tratamento isonômico entre os licitantes.

IV. Consequências da Não Conformidade: A ausência de apresentação do catálogo ou a constatação de incompatibilidade técnica com as exigências deste ETP resultará na desclassificação imediata da licitante, com a convocação da próxima classificada para os mesmos procedimentos de validação.

4.2.8 Do Canal de Comunicação e Suporte Facilitado

A Contratada deverá, no ato da assinatura do contrato, apresentar obrigatoriamente:

1. **Indicação de Preposto:** Nome completo e CPF do responsável direto pela execução do contrato, com poderes para resolver questões administrativas e técnicas.
2. **Contato Telefônico Direto:** Disponibilização de número de telefone (fixo ou móvel) com suporte via aplicativo de mensagens (WhatsApp), para comunicação imediata sobre status de entrega, substituição de materiais ou dúvidas técnicas.
3. **E-mail Corporativo:** Endereço eletrônico exclusivo para recebimento de Ordens de Fornecimento e Notas de Empenho, com confirmação de leitura em até 24 (vinte e quatro) horas úteis.
4. **Prazo de Resposta:** A contratada compromete-se a responder a quaisquer solicitações da SEMES (dúvidas sobre garantias ou avarias), no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, visando a não

interrupção das atividades das escolinhas esportivas.

4.3 - Sustentabilidade

4.3.1- A CONTRATADA deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente.

4.3.2 - Com relação aos critérios de sustentabilidade, os produtos deverão respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando, sempre que possível e disponível, tecnologias e materiais

ecologicamente corretos, bem como promovendo a racionalização de recursos naturais.

4.3.3- São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos originados da fabricação dos bens contratados:

4.3.3.1 - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

4.3.4.2 - lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

4.3.4.3 - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; e outras formas vedadas pelo Poder Público.

5. Levantamento de mercado (prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções)

Após a identificação da demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, a equipe de planejamento realizou estudo de mercado com o objetivo de identificar as possíveis soluções disponíveis para a Aquisição de Materiais Esportivos visando a execução do Termo de Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCEL para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes do município de Ji-Paraná/RO.

A análise considerou critérios de economicidade, celeridade, viabilidade técnica e conformidade legal, consistindo na prospecção de alternativas mediante cotações diretas junto a fornecedores do setor, com posterior aferição do preço médio dos itens pesquisados, afim de garantir parâmetros de comparação e viabilidade financeira.

O levantamento de mercado ([\(ID 2490454\)](#)), ([\(ID 2490495\)](#)) e ([\(ID 2508259\)](#)), indicou a existência de fornecedores de materiais esportivos que atendem às especificações exigidas. Os preços praticados no mercado estão dentro da faixa estimada, garantindo a viabilidade econômica da aquisição.

Os produtos a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, considerando que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos. Dentre as alternativas encontradas, destacam-se:

Solução 01 Registro de preços para futura contratação:

Prevê a abertura de processo licitatório para formação de Ata de Registro de Preços específica do Município de Ji-Paraná. Essa solução possibilita aquisições futuras conforme a demanda. Esta opção prevê a formação de uma ata para aquisições parceladas conforme a demanda futura. Contudo, para o cenário atual, a incerteza de cronograma de entregas fracionadas poderia colocar em risco o cumprimento das metas físicas e prazos rigorosos estabelecidos no **Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCEL**.

Solução 02 - Pregão Eletrônico (Contratação por Escopo/Entrega Única): Identificada como a solução **mais adequada**, esta modalidade permite uma única contratação planejada e de grande volume. Esta estratégia garante:

- 1. Segurança Jurídica e Administrativa:** Alinhamento total ao Plano de Trabalho do Convênio, evitando fragmentação de despesa.
- 2. Economia de Escala:** Maior atratividade para fornecedores de grande porte, resultando em preços mais competitivos devido ao volume concentrado.
- 3. Celeridade na Execução:** Atendimento imediato da carência de materiais nas escolinhas e ginásios de Ji-Paraná, assegurando a exequibilidade dos recursos repassados pelo Estado.

Conclusão: Diante do exposto, a Solução 02 mostrou-se a mais adequada, sendo tecnicamente viável, além de economia de recursos públicos, segurança jurídica e atendimento imediato da demanda, respeitando os requisitos legais previstos na Lei nº 14.133/2021, sendo legalmente amparada e operacionalmente eficiente, razão pela qual foi selecionada como estratégia para atendimento da presente demanda.

6. Descrição da solução, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução*

A aquisição por meio de Pregão Eletrônico, menor preço por item, tem por objetivo assegurar o fornecimento de materiais esportivos de qualidade, com padronização que represente a Prefeitura Municipal de Ji-Paraná e os eventos esportivos visando a execução do Termo de Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCEL para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes do município de Ji-Paraná/RO, além das necessidades já descritas.

Diante da necessidade da aquisição, entendemos que a licitação por meio de pregão eletrônico, para aquisição imediata, é a solução que mais se adequa à necessidade, visto que é obrigatória para a contratação de bens e serviços comuns pela administração pública, de forma a garantir maior alcance e competitividade nas licitações. Essa obrigatoriedade está prevista no artigo 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021.

Tal procedimento revela-se vantajoso e eficiente, uma vez que, não há previsão de alteração na quantidade, visto que é dependente do valor do custeio do convênio.

Além do mais Aumenta a competitividade, obtém preços menores por produto (compra de especialista) e evita empresas genéricas que não possuem os itens específicos, além do mais esta administração define uma data final para o recebimento de todos os materiais, visto o prazo de execução do Convênio.

O material a ser adquirido enquadra-se como bem comum por possuir características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado.

A solução contempla a seleção de fornecedores aptos a atender às especificações usuais de mercado, com julgamento das propostas pelo critério de menor preço, garantindo competitividade, transparência e obtenção da proposta mais vantajosa.

O fornecimento ocorrerá, mediante apresentação da Nota de Empenho, permitindo pronta resposta às demandas da Secretaria de Esportes.

A gestão da solução será realizada por meio do acompanhamento das contratações decorrentes da Licitação, com fiscalização do recebimento e da conformidade dos materiais fornecidos, assegurando o atendimento às necessidades administrativas e a continuidade dos serviços públicos.

A contratação busca promover a eficiência, a economicidade e a legalidade, observando integralmente as diretrizes e princípios estabelecidos pela Lei nº 14133/2021.

Justificativa Técnica:

1. Conformidade com Normas Técnicas:

A

exigência de conformidade com as normas ABNT/INMETRO e federações oficiais (FIBA/NBB/CBV/FIVB/FIFA/) visa garantir a durabilidade do bem público, a isonomia na prática esportiva e a segurança dos usuários, evitando a aquisição de materiais que degradem precocemente ou causem lesões.

2. Exigência de Certificações:

Para garantir que não sejam entregue produtos "piratas" ou de baixa qualidade

- Itens infláveis (Bolas): Devem apresentar o selo de certificação das federações correspondentes (FIFA, FIBA, FIVB) gravados no produto.
- Vestuário (Itens 12 e 13): Devem seguir as normas ABNT NBR 13371 (Desempenho de tecidos para vestuário) e possuir laudo de proteção UV quando solicitado.

3. Segurança dos Equipamentos:

A

aquisição exige o fornecimento de materiais esportivos novos, com padrões de qualidade compatível com prática segura e inclusiva de esportes, observando as especificações técnicas adequadas às modalidades esportivas. A exigência de matérias-primas atóxicas e processos de fabricação normatizados visa mitigar riscos de lesões articulares (decorrentes de bolas com quique irregular), peso inadequado e sobrecarga nas articulações, alergias dermatológicas (no caso de vestuários sintéticos sem tratamento adequado) e acidentes auditivos ou ingestão de componentes (no caso de apitos com partes móveis frágeis). A conformidade com as normas assegura que os equipamentos suportem a intensidade do uso coletivo sem comprometer a integridade física dos usuários.

4. Durabilidade e Manutenção:

A

escolha por equipamentos de qualidade reduz a necessidade de manutenção frequente, resultando em economia a longo prazo. A especificação técnica dos materiais como o uso de poliuretano (PU) com 0% de absorção de água, microfibras de alta densidade e resina ABS de alto impacto visa garantir a vida útil prolongada dos bens, mesmo sob uso intensivo e exposição a condições climáticas adversas (sol, chuva e umidade). A escolha por tecnologias de termofusão (Termotec) e dupla colagem nas bolas, além do tratamento UV nas redes e vestuários, minimiza o desgaste precoce e a perda de propriedades físicas (como peso e esfericidade). Essa qualidade superior reduz drasticamente a necessidade de reposições frequentes e manutenções corretivas, assegurando a eficiência do gasto público e a continuidade das atividades esportivas sem interrupções por falha do material.

5. Qualidade e Padronização:

A padronização das especificações (como peso, medida e pressão das bolas) não visa o direcionamento de marca, mas sim a isonomia competitiva. Materiais que não seguem tais padrões prejudicam o desenvolvimento técnico dos atletas e alunos, além de apresentarem maior risco de deformação e perda de funcionalidade em curto prazo.

6. Economia de Escala e Sustentabilidade:

A opção por materiais de alta performance (como o poliuretano - PU com 0% de absorção de água e o tratamento UV nas redes) justifica-se pelo melhor custo-benefício. Embora o valor unitário possa ser superior a produtos de linha recreativa, a vida útil prolongada reduz a necessidade de novas licitações e descartes precoces, atendendo ao princípio da sustentabilidade ambiental e eficiência no gasto público.

7. Acessibilidade:

A

NBR 9050 estabelece critérios para acessibilidade em espaços públicos. Os materiais adquiridos atendem a esses critérios, garantindo que crianças e jovens com deficiência ou mobilidade reduzida tenham pleno acesso à prática esportiva e ao lazer. A escolha de materiais com texturas adequadas, cores contrastantes (conforme o caso) e dimensões normatizadas promove a inclusão social e o cumprimento do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Justificativa Econômica:

1. Economia de Escala:

A solução contempla a seleção de fornecedores aptos a atender às especificações usuais de mercado, com julgamento das propostas pelo critério de Menor Preço por Item, garantindo ampla competitividade, transparência e a obtenção da proposta mais vantajosa para o erário.

2. Redução de Custos com Manutenção:

A escolha por equipamentos de alta performance (tecnologias de termofusão, PU de baixa absorção e resinas ABS) reduz drasticamente os custos com substituições precoces de materiais danificados. A durabilidade superior destes itens representa uma economia real a médio e longo prazo, otimizando o orçamento da Secretaria.

3. Prevenção de Custos com Acidentes:

Equipamentos em estrita conformidade com as normas técnicas (ABNT/INMETRO/Federações) reduzem riscos de lesões e acidentes, evitando gastos públicos indiretos com tratamentos médicos e possíveis ações judiciais decorrentes de incidentes por falha de material.

Diante das características do objeto, a opção mais viável para o atendimento da demanda é o Pregão Eletrônico pelo critério de Menor Preço por Item. Esta modalidade tem por objetivo assegurar o fornecimento de materiais esportivos de alta performance, com foco na padronização técnica, garantindo que a disputa de preços ocorra entre produtos de qualidade equivalente e comprovada. A adoção deste rito licitatório, conforme a legislação vigente (Lei nº 14.133/2021), mostra-se a solução mais adequada para alcançar os resultados pretendidos, atendendo à necessidade da contratação com preços estimados de mercado. Assim, concilia-se os aspectos de economicidade, eficácia e durabilidade, assegurando o melhor aproveitamento do patrimônio público e a continuidade das atividades esportivas com segurança.

Conclusão:

A adoção do **Pregão Eletrônico pelo critério de Menor Preço por Item**, para a aquisição de **materiais esportivos (bolas, apitos, redes e vestuário)**, representa uma solução técnica e economicamente viável para o município de **Ji-Paraná/RO**.

A escolha por equipamentos que atendem rigorosamente às normas de segurança e desempenho (ABNT/INMETRO e Federações Internacionais FIFA/FIBA/FIVB) garante a criação de espaços públicos seguros, inclusivos e de alto desempenho, promovendo o bem-estar das crianças, jovens e de toda a comunidade beneficiada.

Noutro giro, a solução escolhida pauta-se no fato de se tratar de aquisição de **bens de consumo duráveis**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

O rito do Pregão Eletrônico assegura a ampla competitividade e a transparência necessária para a obtenção da proposta mais vantajosa, garantindo que a padronização técnica descrita neste estudo resulte em **economicidade, eficácia e no melhor aproveitamento do patrimônio público**.

Diante do exposto, este Estudo Técnico Preliminar declara a **viabilidade plena** da contratação, estando o objeto pronto para a fase de elaboração do Termo de Referência.

7. Entrega e critérios de aceitação do objeto

7.1 O prazo de entrega dos materiais é de 30 (trinta) dias, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho, no seguinte endereço:

| LOCAL | LOCALIZAÇÃO | Horário de Atendimento |
|--------------------------|---|------------------------|
| Avenida Clóvis Arraes RO | RO 135 km 1, S/N saída para Nova Londrina, zona rural, Cep: 76.900-970, J i-Paraná - RO | 07h30min às 13h00 |

7.2 A remessa do pedido deverá ser iniciada após o recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO - Nota de Empenho, em conformidade com as necessidades do órgão.

A entrega será efetuada em razão da emissão de nota de empenho, em conformidade com as necessidades do órgão.

7.3 Caso a CONTRATADA verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar a Secretaria, solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

7.4 A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

7.5 Caberá ao Almoxarifado com o auxílio do setor solicitante, o recebimento dos materiais, incumbindo-lhe a declaração do aceite dos insumos.

7.6 O recebimento dos materiais licitados está condicionado à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando-se o licitante vencedor a reparar e corrigir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectados, em tudo o que couber.

7.7 Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, para conferência de volumes, integridade das embalagens e confronto com a Nota Fiscal. O canhoto da nota não configura recebimento definitivo. o prazo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação detalhada da conformidade dos itens com as especificações editalícias.

7.8 Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito As penalidades previstas para atraso na entrega.

7.9 Os recebimentos dos bens ficarão a cargo da Controladoria de Almoxarifado e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, conforme descrito a seguir:

- b) de condições da embalagem e/ou do equipamento;
- c) quantidade entregue;
- d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador, descrição do equipamento entregue, quantidade, preços unitário e total.
- e) correspondência de marca/modelo do equipamento com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;
- f) compatibilidade dos produtos entregues com as especificações exigidas neste Estudo Técnico Preliminar e constantes da proposta da empresa fornecedora.

7.10 Atendidas as condições indicadas na cláusula 7.9 acima, será registrado o recebimento mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio;

7.10.1 O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

7.10.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10.3 Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado a empresa fornecedora, para que proceda á sua correção no prazo de até 15 (quinze) dias úteis.

7.10.4 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do

esgotamento do prazo

7.10.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Reserva-se a Secretaria de Esportes o direito de não aceitar equipamento cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

8. DAS QUANTIDADES E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Conforme Documentos de Formalização de Demanda - DFD ([ID 2428273](#)) acostado ao presente processo e Plano de Trabalho([ID 2562692](#)), oriundo do Processo: 11449/2023, foi elaborada por esta Secretaria uma planilha unificada geral de quantitativos, totalizando 27 (Vinte e Sete) itens comuns das Secretarias e órgãos vinculados à Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, conforme tabela abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QUANTIDADE |
|------|--|-----|------------|
| 01 | APITO - Com Bocal de Silicone e Cordão -115 decibéis de alto tom se eleva acima do ruído ambiente, podem ser ouvidos a até 1,6 km de distância 100% fabricados com plástico ABS de alto impacto, por isso são 100% impermeáveis à umidade, sem partes móveis: nada para obstruir o som, nada para quebrar ou congelar. Primeira escolha de: NFL, NCAA, NBA, CFL FIBA e FIFA | UND | 5 |
| 02 | Apito Mesário Arbitro - Material: Plástico Potência: 100 decibéis/ benefícios: emite dois sons (agudo e grave) garantia: 3 meses contra defeito de fabricação. | UND | 5 |
| 03 | Bola de Basquete Feminina Oficial para Jogos Profissionais: A Bola de Basquete Feminina 6.8 aprovada pela Federação Internacional de Basquete (FIBA), Federação Paulista de Basquete (FPB) e Liga Nacional de Basquete (LNB), para jogos profissionais femininos, construção matrizada e acabamento antideslizante que melhora a aderência e firmeza da mão com a bola. Confeccionada em microfibra, oito gomos, miolo cápsula SIS, peso: 510-567g, circunferência 72-74cm, forro multiaxial termofixo. Bola oficial utilizada na temporada vigente da divisão especial do Campeonato da Federação Paulista de Basquete. | UND | 8 |
| 04 | Bola de Basquete Oficial Mirim; Bola de Basquete Oficial - Peso: 250-280g, Circunferência: 49-52cm, Gomos: 8, Laminado: Microfibra, Construção: Matrizada, Câmara : 6D, Sistema de Forro : Multiaxial, Miolo : Cápsula SIS Pprocesso Extra : Aracnun | UND | 13 |
| 05 | Bola de Basquete Tamanho 5 - Recomendado para jogadores menores de 8 anos/Gênero: Unissex, Peso: 510 - 567 g/Tamanho: Nº 5/Circunferência: 27,5 polegadas (69.85 cm) Composição: Borracha de alta durabilidade e resistente à deformações (PU) | UND | 15 |
| 06 | Bola de Basquete Tamanho 6 - recomendado para jogadores de 9 anos ou mais. Fabricada de acordo com as especificações oficiais da NBA. - Gênero: Unissex /Peso: 510 - 567 g/Tamanho: Nº 6/Circunferência: 28,5" polegadas (72.33 cm) Composição: Borracha de alta durabilidade e resistente à deformações (PU) | UND | 18 |
| 07 | Bola de Futebol de Campo: Circunferência de 68 a 70 cm, 410 a 450 gramas, material PU com 0% de absorção a água, construção Termotec, câmara 6D, camada interna Neogel, dupla colagem, miolo removível e lubrificante. Marca aprovada pela FIFA. | UND | 50 |
| 08 | Bola de Futsal: Material PU, 8 gomos, tamanho de 62 a 64 cm de circunferência, peso de 400 a 440 gramas, construção TERMOTEC, câmara 6 d, camada interna Neogel, miolo removível e lubrificado. Marca aprovada pela FIFA. | UND | 95 |

| | | | |
|----|--|-----|-----|
| 09 | Bola Oficial de Futevôlei, o couro de alta densidade, construção Soft Built Nylon Wound propicia uma maior maciez e conforto e auxilia na manutenção de sua forma original, Características: - Calibragem ideal para FT-5: 3,0 a 4,0 libras - A cor do pino da bola poderá variar entre preto ou branco - 32 painéis - Tamanho 5 OFICIAL - Circunferência: 68-70cm - Peso: 410-450g - Laminada com uma tecnologia diferenciada para um melhor deslize. Preto e Branco - Preto e Amarelo | UND | 8 |
| 10 | Bomba para Encher Bola Double Action, SAC, em Policarbonato, Agulha em Liga Zinco que contém tampa de borracha. | UND | 10 |
| 11 | Bola Society: Características, Peso: 420-450g, Circunferência: 66-69cm, Gomos: 8, Laminado: PU, Construção: Termotec, Câmara: 6D, Sistema de Forro: Termofixo, Camada Interna: Neogel, Miolo: Cápsula SIS, Processo Extra: Dupla Colagem, PU: Conforto. Material Elástico e macio que proporciona um excelente nível de performance., Termotec: Máxima Performance e Rendimento. Tecnologia de Termofusão que garante 0% de absorção de água, mantendo as propriedades de peso e velocidade da bola. 6D: Precisão Total e Controle absoluto. Composto por 6 discos posicionados simetricamente, que deixam a bola mais esférica. Termofixo: Estabilidade. A câmara é enrolada com fios sintéticos, em um sistema de forro Multiaxial. Neogel: Elasticidade. Composto à base de borracha com amortecimento interno exclusivo Penalty. Cápsula SIS: Possui miolo lubrificado e substituível, além de bico alongado que envolve a agulha impedindo que perfure a câmara de ar, Colagem: Dupla camada de colagem, reforçando ainda mais a junção dos gomos e garantindo a vida útil da bola por muito mais tempo | UND | 70 |
| 12 | Camisa Profissional UNISSEX (MALHA FRIA), SUBLIMAÇÃO, Gola em V, (Disponível Também no Modelo BabyLook) PP, P, M, G E GG, CORES VARIADAS, - Composição 65% POLIESTER - 35% VISCOSE, / Baixo amarrotamento/ Secagem rápida/ Praticidade/ Alta durabilidade/ Antipiling (não dá bolinhas) /, COSTURA REFORÇADA/ARTES A SEREM DEFINIDAS PREVIAMENTE PELA SECRETARIA REQUISITANTE. | UND | 300 |
| 13 | Camiseta Dryfit Esportiva ANTI-ODOR Malha Fria Ultra Leve Premium Personalizada Com Sublimação, P, M, G e GG, Masculinas e Femininas (Babylook) - Malha com toque Leve e Macio. NÃO AMASSA/ não precisa passar ferro/ Tecido com TECNOLOGIA ANTI ODOR. / Rápida absorção e evaporação de Suor e não fica marca de suor/ Tecido altamente arejado, não esquenta! CORES VARIADAS/Tecido leve proporcionando melhor flexibilidade e conforto: Secagem Rápida/Maior Absorção do suor/Proteção UV 35+ evitando queimaduras de raios solares/ ARTES A SEREM DEFINIDAS PREVIAMENTE PELA SECRETARIA REQUISITANTE | UND | 100 |

| | | | |
|----|---|-----|-----|
| 14 | MINI CONES Material: Plástico Flexível Altura: 23 CM Aplicação: Atividade Física Características Adicionais: Base 13 X 13 | UND | 100 |
| 15 | Mini Cones Chapéu Chinês Material: Pvc Altura: 4 CM Aplicação: Atividade Física Características Adicionais: Cone, Chapéu Chinês, Demarcatório, Cores Variadas | UND | 150 |
| 16 | Peteca de Badminton tubo com 6 unidades - de nylon com base de cortiça, com dimensões aproximadas de 6,5 x 6,5 x 8,5 cm e peso aproximado de 10 gramas. homologada na lista de marcas oficiais da FMB (Federação Mundial de Badminton) | UND | 1 |
| 17 | Raquete de Badminton, confeccionada em aço e nylon, com dimensões aproximadas de 66 x 20 x 3 cm e peso aproximado de 115 gramas. Inclui 3 petecas para jogar imediatamente. Vem com bolsa prática para transporte. | UND | 5 |
| 18 | Saco Para Bola Personalizado/ Saco Rede Para Guardar Bolas/ Dimensões do produto - Dimensões do produto: 80C x 80L x 80A centímetros, Tipo de alça Ajustável, Capacidade para até 10 bolas de futebol ou vôlei. Bolas maiores como basquetebol pode servir entre 7 a 8 bolas, Material resistente e durável: base em Nylon 600, Alças tipo cordão: transporte confortável e prático, Design dobrável: ocupa pouco espaço quando não está em uso, Cordão resistente com ajustável | UND | 6 |
| 19 | Rede Vôlei de Praia Premium Personalizada. 2,0 PE Nylon 4 Faixas Personalizadas /Composição: Fio 2,0 Polietileno (Nylon) com tratamento UV Malha 5 cm entre nós; 4 Faixas PVC Night & Day com Impressão Digital HD sendo 7 cm de largura na borda superior e inferior e 20 cm nas laterais; acompanha corda guia; Tamanho: (LxA) 9,50 x 1,00 m; Tamanho da embalagem: 50x35x18 cm; | UND | 2 |
| 20 | Rede Oficial de Vôlei 4 Lonas Profissional modelo VO-4-4A Fio 4mm Seda, Rede com tamanho oficial de 4 lonas de algodão fio 4mm com ilhós metálico e revestimento interno em sintético nas pontas para amarração *Rede com costura dupla, qualidade profissional. Lona Superior com 7cm de largura e lona inferior com 5cm de largura Medidas: 1,0 x 10 metros / Malha 10 x 10 cm / Fio 4mm (Seda) 100% Polipropileno | UND | 5 |
| 21 | Rede de Vôlei praia Profissional (4 Faixas) (Medidas: 9,5m de comprimento e 1,00m de altura. 4 faixas de lona de toldo impermeável, com tecnologia anti desbotamento. Malha de 10cm entre nós (oficial). Fio de nylon 2,00m, com tratamento anti-UV.) | UND | 3 |
| 22 | Rede de Vôlei Oficial 4 Faixas 100% Algodão (Tamanho da rede de vôlei oficial: 9,5m x 1m. Material da rede: fio nylon ou seda 2mm 100% virgem com tratamento UV. 4 faixas de algodão (laterais, inferior e superior). Malha de 10cm entre nós. | UND | 15 |
| 23 | Bola Oficial de Voleibol é utilizada nos campeonatos mundiais, Olimpíadas e principais competições. Bola oficial da CBV Confederação Brasileira de Voleibol matrizada, 18 painéis aerodinâmicos Pannel Microfibra, Tamanho 5 oficial, Circunferência: 65-67cm, Peso: 260-280g, laminada com uma tecnologia diferenciada para um melhor deslize e com tratamento antibactericida. Sistema de Microfibra com tecnologia Double | UND | 16 |

| | | | |
|----|--|-----|----|
| | Dimple. Aprovada pela Federação internacional de Voleibol (FIVB), aprovada pela Confederação Brasileira de Vôlei (CBV). Modelo de referência: Mikasa V200W ou similar.de 30 dias contra defeitos de fabricação. Bola Voleibol, Material: Poliuretano/Microfibra original.: 260 A 280 G/Circunferência: 65 A 67 CM | | |
| 24 | Bola de Vôlei 8.0 - Aprovada pela Federação Brasileira de Vôlei (FIVB) /Aprovada pela Federação brasileira de vôlei. Resistente a absorção de água. Peso: 260-280g, Circunferência : 65-67cm, Gomos : 18, Laminado : Microfibra, Construção : Termotec, Câmara : 6D, Câmara Interna : Neotec, Sistema de Forro : Termofixo, Selo : IVS - Tested by FIVB,Miolo : Cápsula SIS (Qualidade Igual ou Superior a Marca e Modelo Penalty PRO 8.0) | UND | 16 |
| 25 | Bola de Vôlei Oficial, para quadra Peso: 260-280g Circunferência: 65-67cm Gomos: 12 Laminado: PU SUPER SOFT, Construção: Ultra Fusion Câmara: 6D Sistema de Forro: Termofixo Camada Interna: Evacel Miolo: Cápsula SIS, conforto, maciez e resistência durante a utilização, Benefícios: Maciez e conforto durante o toque. Resistência e durabilidade. Menor absorção de água, câmara Airbility 6D que proporciona precisão e controle absoluto durante os toques e jogadas. Garantia do Fornecedor | UND | 30 |
| 26 | Bola Oficial de Vôlei de praia - Material: Painéis: 10/ Nylon Poliéster/ Sistema de válvula para bloquear a areia, couro sintético feito com nylon reciclado/ Câmara interna: 100% borracha butílica/ Circunferência aproximada: 66 - 68 cm/ Peso aproximado: 260 - 280 g (Qualidade Igual ou Superior a Marca e Modelo MIKASA BC550C-WYBR) | UND | 4 |
| 27 | BOLA OFICIAL DE VÔLEI DE PRAIA 1ª LINHA; confeccionada com PU pró; 0% de absorção de água; gomos: 12; circunferência aproximada: 66-68cm; material câmara: borracha butílica; peso aproximado: 260-280g; masculino/feminino; miolo: removível e lubrificável sistema cápsula SIS; tecnologia: Termotec; com selo de aprovação da federação internacional de voleibol, com garantia do fabricante contra defeito de fábrica. | UND | 5 |

8.1 O valor total estimado para a contratação pretendida é de **R\$ 161.015,33** (Cento e Sessenta e um Mil e Quinze Reais e trinta e três Centavos) para aquisição/entrega, conforme detalhado na Planilha de Custos e Formação de Preços ([ID 2508264](#)), obtido através da média aritmética das cotações colhidas junto ao mercado local, no Município de **Ji-Paraná**([ID \(ID 2490454\)](#), ([ID 2490495](#)) e **Alvorada do Oeste** ([ID 2508259](#)).

| Nº | Especificação Do Item | Qtd | UND/ MED | Valor Unitário | Valor Total |
|----|--|-----|-------------|----------------|-------------|
| 1 | APITO - Com Bocal de Silicone e Cordão -115 decibéis de alto tom se eleva acima do ruído ambiente, podem ser ouvidos a até 1,6 km de distância 100% fabricados com plástico ABS de alto impacto, por isso são 100% impermeáveis à umidade, sem partes móveis: nada para obstruir o som, nada para quebrar ou congelar. Primeira escolha de: NFL, NCAA, NBA, CFL FIBA e FIFA | 5 | UND | R\$ 51,33 | R\$ 256,67 |
| 2 | Apito Mesário Arbitro - Material: Plástico Potência: 100 decibéis/ benefícios: emite dois sons (agudo e grave) | 5 | UND | R\$ 43,33 | R\$ 216,67 |

| | | | | | | | |
|----|--|----|-----|-----|--------|-----|-----------|
| | garantia: 3 meses contra defeito de fabricação. | | | | | | |
| 3 | Bola de Basquete Feminina Oficial para Jogos Profissionais: A Bola de Basquete Feminina 6.8 aprovada pela Federação Internacional de Basquete (FIBA), Federação Paulista de Basquete (FPB) e Liga Nacional de Basquete (LNB), para jogos profissionais femininos, construção matrizada e acabamento antideslizante que melhora a aderência e firmeza da mão com a bola. Confeccionada em microfibra, oito gomos, miolo cápsula SIS, peso: 510-567g, circunferência 72-74cm, forro multiaxial termofixo. Bola oficial utilizada na temporada vigente da divisão especial do Campeonato da Federação Paulista de Basquete. | 8 | UND | R\$ | 534,87 | R\$ | 4.278,93 |
| 4 | Bola de Basquete Oficial Mirim; Bola de Basquete Oficial - Peso: 250-280g, Circunferência: 49-52cm, Gomos: 8, Laminado: Microfibra, Construção: Matrizada, Câmara : 6D, Sistema de Forro : Multiaxial, Miolo : Cápsula SIS Precesso Extra : Aracnun | 13 | UND | R\$ | 319,33 | R\$ | 4.151,33 |
| 5 | Bola de Basquete Tamanho 5 - Recomendado para jogadores menores de 8 anos/Gênero: Unissex, Peso: 510 - 567 g/Tamanho: Nº 5/Circunferência: 27,5 polegadas (69.85 cm) Composição: Borracha de alta durabilidade e resistente à deformações (PU) | 15 | UND | R\$ | 124,49 | R\$ | 1.867,40 |
| 6 | Bola de Basquete Tamanho 6 - recomendado para jogadores de 9 anos ou mais. Fabricada de acordo com as especificações oficiais da NBA. - Gênero: Unissex /Peso: 510 - 567 g/Tamanho: Nº 6/Circunferência: 28,5" polegadas (72.33 cm) Composição: Borracha de alta durabilidade e resistente à deformações (PU) | 18 | UND | R\$ | 171,16 | R\$ | 3.080,88 |
| 7 | Bola de Futebol de Campo: Circunferência de 68 a 70 cm, 410 a 450 gramas, material PU com 0% de absorção a água, construção Termotec, câmara 6D, camada interna Neogel, dupla colagem, miolo removível e lubrificante. Marca aprovada pela FIFA. | 50 | UND | R\$ | 393,86 | R\$ | 19.693,00 |
| 8 | Bola de Futsal: Material PU, 8 gomos, tamanho de 62 a 64 cm de circunferência, peso de 400 a 440 gramas, construção TERMOTEC, câmara 6 d, camada interna Neogel, miolo removível e lubrificado. Marca aprovada pela FIFA. | 95 | UND | R\$ | 330,19 | R\$ | 31.368,37 |
| 9 | Bola Oficial de Futevôlei, o couro de alta densidade, construção Soft Built Nylon Wound propicia uma maior maciez e conforto e auxilia na manutenção de sua forma original, Características: - Calibragem ideal para FT-5: 3,0 a 4,0 libras - A cor do pino da bola poderá variar entre preto ou branco - 32 painéis - Tamanho 5 OFICIAL - Circunferência: 68-70cm - Peso: 410-450g - Laminada com uma tecnologia diferenciada para um melhor deslize. Preto e Branco - Preto e Amarelo | 8 | UND | R\$ | 383,17 | R\$ | 3.065,33 |
| 10 | Bomba para Encher Bola Double Action, SAC, em Policarbonato, Agulha em Liga Zinco que contém tampa de borracha. | 10 | UND | R\$ | 66,33 | R\$ | 663,33 |
| 11 | Bola Society: Características, Peso: 420-450g, Circunferência: 66-69cm, Gomos: 8, Laminado: PU, Construção: Termotec, Câmara: 6D, Sistema de Forro: Termofixo, Camada Interna: Neogel, Miolo: Cápsula SIS, Processo Extra: Dupla Colagem, PU: Conforto. Material Elástico e macio que proporciona um excelente nível de performance., Termotec: Máxima Performance e Rendimento. Tecnologia de Termofusão que garante 0% de absorção de água, mantendo as propriedades de peso e velocidade da bola. 6D: Precisão Total e Controle absoluto. Composto por 6 discos posicionados simetricamente, que deixam a bola mais esférica. Termofixo: Estabilidade. A | 70 | UND | R\$ | 253,53 | R\$ | 17.746,87 |

| | | | | | | | |
|----|---|-----|-----|-----|--------|-----|-----------|
| | câmara é enrolada com fios sintéticos, em um sistema de forro Multiaxial. Neogel: Elasticidade. Composto à base de borracha com amortecimento interno exclusivo Penalty. Cápsula SIS: Possui miolo lubrificado e substituível, além de bico alongado que envolve a agulha impedindo que perfure a câmara de ar, Colagem: Dupla camada de colagem, reforçando ainda mais a junção dos gomos e garantindo a vida útil da bola por muito mais tempo | | | | | | |
| 12 | Camisa Profissional UNISSEX (MALHA FRIA), SUBLIMAÇÃO, Gola em V, (Disponível Também no Modelo BabyLook) PP, P, M, G E GG, CORES VARIADAS, - Composição 65% POLIESTER - 35% VISCOSE, / Baixo amarrotamento/ Secagem rápida/ Praticidade/ Alta durabilidade/ Antipiling (não dá bolinhas) /, COSTURA REFORÇADA/ARTES A SEREM DEFINIDAS PREVIAMENTE PELA SECRETARIA REQUISITANTE. | 300 | UND | R\$ | 61,67 | R\$ | 18.500,00 |
| 13 | Camiseta Dryfit Esportiva ANTI-ODOR Malha Fria Ultra Leve Premium Personalizada Com Sublimação, P, M, G e GG, Masculinas e Femininas (Babylook) - Malha com toque Leve e Macio. NÃO AMASSA/ não precisa passar ferro/ Tecido com TECNOLOGIA ANTI ODOR. / Rápida absorção e evaporação de Suor e não fica marca de suor/ Tecido altamente arejado, não esquenta! CORES VARIADAS/Tecido leve proporcionando melhor flexibilidade e conforto: Secagem Rápida/Maior Absorção do suor/Proteção UV 35+ evitando queimaduras de raios solares/ ARTES A SEREM DEFINIDAS PREVIAMENTE PELA SECRETARIA REQUISITANTE | 100 | UND | R\$ | 68,33 | R\$ | 6.833,33 |
| 14 | MINI CONES Material: Plástico Flexível Altura: 23 CM Aplicação: Atividade Física Características Adicionais: Base 13 X 13 | 100 | UND | R\$ | 14,63 | R\$ | 1.463,33 |
| 15 | Mini Cones Chapéu Chinês Material: Pvc Altura: 4 CM Aplicação: Atividade Física Características Adicionais: Cone, Chapéu Chinês, Demarcatório, Cores Variadas | 150 | UND | R\$ | 8,74 | R\$ | 1.311,00 |
| 16 | Peteca de Badminton tubo com 6 unidades - de nylon com base de cortiça, com dimensões aproximadas de 6,5 x 6,5 x 8,5 cm e peso aproximado de 10 gramas homologada na lista de marcas oficiais da FMB (Federação Mundial de Badminton) | 1 | UND | R\$ | 73,00 | R\$ | 73,00 |
| 17 | Raquete de Badminton , confeccionada em aço e nylon, com dimensões aproximadas de 66 x 20 x 3 cm e peso aproximado de 115 gramas. Inclui 3 petecas para jogar imediatamente. Vem com bolsa prática para transporte. | 5 | UND | R\$ | 176,33 | R\$ | 881,67 |
| 18 | Saco Para Bola Personalizado/ Saco Rede Para Guardar Bolas/ Dimensões do produto - Dimensões do produto: 80C x 80L x 80A centímetros, Tipo de alça Ajustável, Capacidade para até 10 bolas de futebol ou vôlei. Bolas maiores como basquetebol pode servir entre 7 a 8 bolas, Material resistente e durável: base em Nylon 600, Alças tipo cordão: transporte confortável e prático, Design dobrável: ocupa pouco espaço quando não está em uso, Cordão resistente com ajustável | 6 | UND | R\$ | 96,67 | R\$ | 580,00 |
| 19 | Rede Vôlei de Praia Premium Personalizada. 2,0 PE Nylon 4 Faixas Personalizadas /Composição: Fio 2,0 Polietileno (Nylon) com tratamento UV Malha 5 cm entre nós; 4 Faixas PVC Night & Day com Impressão Digital HD sendo 7 cm de largura na borda superior e inferior e 20 cm nas laterais; acompanha corda guia; Tamanho: (LxA) 9,50 x 1,00 m; Tamanho da embalagem: 50x35x18 cm; | 2 | UND | R\$ | 796,67 | R\$ | 1.593,33 |
| 20 | Rede Oficial de Vôlei 4 Lonas Profissional modelo VO-4-4A Fio 4mm Seda, Rede com tamanho oficial de 4 lonas de algodão fio 4mm com ilhós metálico e revestimento | 5 | UND | R\$ | 506,63 | R\$ | 2.533,17 |

| | | | | | | |
|---------------------------|---|----|-----|------------|-------------------|---------------|
| | interno em sintético nas pontas para amarração *Rede com costura dupla, qualidade profissional. Lona Superior com 7cm de largura e lona inferior com 5cm de largura Medidas: 1,0 x 10 metros / Malha 10 x 10 cm / Fio 4mm (Seda) 100% Polipropileno | | | | | |
| 21 | Rede de Vôlei praia Profissional (4 Faixas) (Medidas: 9,5m de comprimento e 1,00m de altura. 4 faixas de lona de toldo impermeável, com tecnologia anti desbotamento. Malha de 10cm entre nós (oficial). Fio de nylon 2,00m, com tratamento anti-UV.) | 3 | UND | R\$ | 453,30 | R\$ 1.359,90 |
| 22 | Rede de Vôlei Oficial 4 Faixas 100% Algodão (Tamanho da rede de vôlei oficial: 9,5m x 1m. Material da rede: fio nylon ou seda 2mm 100% virgem com tratamento UV. 4 faixas de algodão (laterais, inferior e superior). Malha de 10cm entre nós. | 15 | UND | R\$ | 433,30 | R\$ 6.499,50 |
| 23 | Bola Oficial de Voleibol é utilizada nos campeonatos mundiais, Olimpíadas e principais competições. Bola oficial da CBV Confederação Brasileira de Voleibol matrizada, 18 painéis aerodinâmicos Painel Microfibras, Tamanho 5 oficial, Circunferência: 65-67cm, Peso: 260-280g, laminada com uma tecnologia diferenciada para um melhor deslize e com tratamento antibactericida. Sistema de Microfibras com tecnologia Double Dimple. Aprovada pela Federação internacional de Voleibol (FIVB), aprovada pela Confederação Brasileira de Vôlei (CBV). Modelo de referência: Mikasa V200W ou similar.de 30 dias contra defeitos de fabricação. Bola Voleibol, Material: Poliuretano/Microfibras original.: 260 A 280 G/Circunferência: 65 A 67cm | 16 | UND | R\$ | 539,67 | R\$ 8.634,67 |
| 24 | Bola de Vôlei 8.0 - Aprovada pela Federação Brasileira de Vôlei (FIVB) /Aprovada pela Federação brasileira de vôlei. Resistente a absorção de água. Peso: 260-280g, Circunferência : 65-67cm, Gomos : 18, Laminado : Microfibras, Construção : Termotec, Câmara : 6D, Câmara Interna : Neotec, Sistema de Forro : Termofixo, Selo : IVS - Tested by FIVB,Miolo : Cápsula SIS (Qualidade Igual ou Superior a Marca e Modelo Penalty PRO 8.0) | 16 | UND | R\$ | 573,00 | R\$ 9.168,00 |
| 25 | Bola de Vôlei Oficial , para quadra Peso: 260-280g Circunferência: 65-67cm Gomos: 12 Laminado: PU SUPER SOFT, Construção: Ultra Fusion Câmara: 6D Sistema de Forro: Termofixo Camada Interna: Evacel Miolo: Cápsula SIS, conforto, maciez e resistência durante a utilização, Benefícios: Maciez e conforto durante o toque. Resistência e durabilidade. Menor absorção de água, câmara Airbility 6D que proporciona precisão e controle absoluto durante os toques e jogadas. Garantia do Fornecedor | 30 | UND | R\$ | 367,46 | R\$ 11.023,80 |
| 26 | Bola Oficial de Vôlei de praia - Material: Painéis: 10/ Nylon Poliéster/ Sistema de válvula para bloquear a areia, couro sintético feito com nylon reciclado/ Câmara interna: 100% borracha butílica/ Circunferência aproximada: 66 - 68 cm/ Peso aproximado: 260 - 280 g (Qualidade Igual ou Superior a Marca e Modelo MIKASA BC550C-WYBR) | 4 | UND | R\$ | 633,09 | R\$ 2.532,35 |
| 27 | BOLA OFICIAL DE VÔLEI DE PRAIA 1ª LINHA ; confeccionada com PU pró; 0% de absorção de água; gomos: 12; circunferência aproximada: 66-68cm; material câmara: borracha butílica; peso aproximado: 260-280g; masculino/feminino; miolo: removível e lubrificável sistema cápsula SIS; tecnologia: Termotec; com selo de aprovação da federação internacional de voleibol, com garantia do fabricante contra defeito de fábrica. | 5 | UND | R\$ | 327,90 | R\$ 1.639,50 |
| Valor Total Cotado | | | | R\$ | 161.015,33 | |

9. Justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável*

Nos termos do art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações devem atender ao princípio do parcelamento quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Para esta contratação, adotou-se o parcelamento por itens, pelas seguintes razões:

- **Ampliação da Competitividade:** A divisão do objeto em itens (bolas, vestuário, equipamentos) permite que empresas especializadas em diferentes nichos participem do certame, aumentando a disputa e reduzindo o preço final.
- **Divisibilidade do Objeto:** Os materiais esportivos são bens divisíveis por natureza, cuja aquisição separada não acarreta prejuízo para o conjunto da solução ou para a eficiência das atividades da SEMES.
- **Economia de Escala por Item:** Ao permitir o julgamento por item, a Administração busca o menor preço específico para cada categoria de material, otimizando a aplicação dos recursos do **Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCEL**.
- **Incentivo ao Mercado Local/Regional:** O parcelamento facilita a participação de micro e pequenas empresas, em consonância com a Lei Complementar nº 123/2006.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Nos termos do inciso XI, §1º, art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que exige a identificação de contratações correlatas ou interdependentes, esclarece-se que:

A presente aquisição de materiais esportivos é autônoma, não havendo vínculo técnico, econômico ou funcional com outras contratações em andamento ou previstas.

Dessa forma, não existem contratações correlatas ou interdependentes, sendo a execução do objeto totalmente independente, garantindo que a contratação possa ser realizada isoladamente sem comprometer a eficiência, a continuidade ou o resultado esperado pelo Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCEL.

11. Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão*

A presente contratação encontra-se em total consonância com o **Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026** da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná: conforme detalhamento no link a seguir:

<https://pncp.gov.br/app/pca/04092672000125/2026>.

A demanda foi formalizada através do respectivo DFD - Formalização de Demanda 1432 de 10/12/2025 (ID 2428273) estando devidamente programada no cronograma de aquisições da Secretaria Municipal de Esportes (SEMES).

O alinhamento estratégico justifica-se pela necessidade de execução do **Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCEL**, integrando as metas de fomento ao esporte e inclusão social previstas no planejamento plurianual do município. A aquisição assegura que os recursos vinculados sejam aplicados com eficiência, evitando a descontinuidade das atividades esportivas programadas para o exercício.

12. Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável;

A contratação almeja alcançar resultados práticos que justificam o investimento dos recursos do **Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCEL**, fundamentados nos seguintes eixos:

12.1 - Efetividade das Políticas Públicas (Impacto Social):

- **Continuidade Operacional:** Garantir que as atividades e Escolinhas de Base (Escolinhas do Capelasso, Jardim das Seringueiras, Ginásio Gerivaldão, Adão Lamota, etc.) possuam materiais em quantidade e qualidade **sine qua non** para as aulas.
- **Desenvolvimento Integral:** Prover ferramentas adequadas para o desenvolvimento motor, cognitivo e social de crianças e jovens, utilizando o esporte como barreira contra a vulnerabilidade social em Ji-Paraná.

12.2 - Eficiência e Economicidade (Valor Público):

- **Redução de Desperdício:** A exigência de certificações oficiais (FIFA, FIBA, FIVB) garante maior vida útil aos materiais, reduzindo o custo de reposição a médio prazo e otimizando o dinheiro público.
- **Cumprimento de Metas:** Assegurar a exequibilidade do convênio dentro do prazo de vigência, evitando a devolução de recursos por inércia administrativa. □

12.3 - Desenvolvimento Nacional Sustentável:

- **Estímulo à Cadeia Produtiva:** O parcelamento por itens fomenta a competitividade entre fornecedores do ramo esportivo e têxtil, permitindo a participação de Micro e Pequenas Empresas (LC 123/2006).
- **Responsabilidade Ambiental:** Exigir que o processo de fabricação e descarte de resíduos (conforme item 4.3) siga as normas ambientais vigentes, mitigando danos ao ecossistema e promovendo a sustentabilidade na administração municipal.
- **Valorização dos Espaços Urbanos:** A ocupação de quadras e centros esportivos (Cedel BNH, Gerivaldão, Adão Lamota) com projetos ativos torna a cidade mais segura e viva, combatendo o ócio juvenil.

12.4 - Alinhamento com a Agenda 2030 da ONU

A presente aquisição está diretamente alinhada aos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** da Organização das Nações Unidas, especificamente no que tange ao papel do esporte como ferramenta de transformação social:

- **ODS 3 (Saúde e Bem-Estar):** Promoção da saúde física e mental através da prática esportiva regular nas escolinhas municipais.
- **ODS 4 (Educação de Qualidade):** Fomento ao desenvolvimento motor e cognitivo, integrando o esporte ao processo educativo extraescolar.
- **ODS 5 (Igualdade de Gênero):** Garantia de acesso e materiais adequados para incentivar a participação feminina em todas as modalidades esportivas.
- **ODS 10 (Redução das Desigualdades):** Promoção da inclusão social em áreas de vulnerabilidade, garantindo que o acesso ao esporte seja democrático e gratuito.
- **ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes):** Utilização do esporte como ferramenta de prevenção à criminalidade e promoção de uma cultura de paz entre os jovens de Ji-Paraná.

Conclusão:

A implementação deste plano de aquisição é um investimento direto no presente e no futuro de Ji-Paraná. Ao prover meios para o desporto, a Administração Municipal não apenas cumpre o Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCEL, mas também se alinha às melhores práticas internacionais de e sustentável. A iniciativa representa um investimento no presente e no futuro da comunidade, alinhando-se às melhores práticas internacionais e aos compromissos assumidos pelo Brasil na Agenda 2030.

13. Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização

Antes da celebração do contrato, a Administração Municipal deverá adotar uma série de providências administrativas, técnicas e operacionais voltadas a garantir a legalidade, a transparência e a eficiência da contratação, bem como o adequado acompanhamento da execução contratual.

A demanda será acompanhada pelo corpo técnico responsável devidamente capacitado para tomar as providências necessárias e possíveis para o sucesso da contratação, incluindo o aceite de proposta, recebimento dos itens, sua distribuição entre os locais a serem distribuídos e eventuais diligências no intuito de garantir a qualidade de todo o fluxo da compra pública.

- Realizar ampla pesquisa de mercado para garantir que os preços do setor competente estimados estejam em conformidade com os valores praticados, utilizando bancos de dados públicos, consultas a fornecedores e outras fontes de referência confiáveis.
- Desenvolver e divulgar o edital do pregão eletrônico, garantindo que todas as especificações técnicas e condições da contratação estejam claramente definidas e que o processo cumpra os requisitos legais.
- Capacitar os servidores responsáveis pela condução da licitação e pela gestão posterior do contrato, assegurando que estão familiarizados com as normas da Lei 14.133/2021 e com as melhores práticas de aquisição pública.
- Estabelecer um cronograma detalhado para as etapas do processo licitatório, da publicação do edital até o recebimento dos materiais, de forma a garantir a continuidade das atividades administrativas da Prefeitura sem interrupções.
- Designar uma comissão de avaliação para examinar as propostas recebidas, a fim de garantir que a escolha dos fornecedores se faça de maneira objetiva e transparente, conforme os critérios previamente estabelecidos.
- Planejar a logística de recebimento e armazenamento dos materiais adquiridos, garantindo condições adequadas de guarda para prevenir a deterioração e assegurar o uso eficiente dos recursos adquiridos.
- Implementar rotinas de controle e auditoria para acompanhar a execução do contrato, garantindo que a entrega dos objetos seja feita conforme o previsto e que eventuais não conformidades sejam rapidamente corrigidas.
- Por fim, deverá ser assegurada a reserva orçamentária correspondente ao valor total da contratação, bem como a conferência dos documentos que comprovem a disponibilidade de recursos financeiros para aquisição, conforme determina a legislação vigente.

Com essas providências, a Administração Municipal garantirá que a contratação ocorra de maneira planejada, segura e eficiente, com servidores habilitados para exercer a fiscalização e a gestão contratual de forma efetiva, resguardando o interesse público e a correta aplicação dos recursos municipais.

14. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes.

Visando atender ao disposto na legislação aplicável, os fabricantes e fornecedores de verão priorizar, para o fornecimento do objeto, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por

materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.

A nova lei de licitações estipula que o processo licitatório tem por objetivo o incentivo à inovação e ao desenvolvimento nacional sustentável.

Desse modo, para a presente aquisição serão observados os seguintes critérios de sustentabilidade:

a) Produtos acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, fabricada em material reciclável ou biodegradável;

b) Comprovação das empresas de que seus produtos atendem aos requisitos de sustentabilidade ambiental.

15. Posicionamento Conclusivo sobre a Adequação da Contratação para o atendimento da Necessidade a que se Destina

A contratação é viável do ponto de vista técnico, econômico e ambiental, estando em conformidade com a legislação vigente, incluindo a Lei nº 14.133/2021.

A viabilidade também é respaldada pelos princípios da administração pública, como legalidade, eficiência e interesse público.

A contratação por meio do Pregão, preferencialmente na forma Eletrônica, tipo Menor Preço POR ITEM e de acordo com a especificação do objeto relacionado, é viável e economicamente vantajosa e tecnicamente com otimização dos recursos, garantindo o fornecimento dos materiais necessários para atender às demandas da Secretaria Municipal de Esportes, promovendo a qualidade, eficiência e celeridade no atendimento à população e a melhoria da gestão pública.

A aquisição do objeto do presente planejamento não se enquadra nos pressupostos para a decretação de sigilo, nos termos da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011.

16. Declaração de viabilidade*

Declaramos, considerando todo o exposto nestes Estudos Preliminares, que a contratação:

[X] é viável [] não é viável

Ji-Paraná, *data da Assinatura Eletrônica*.

Responsáveis pela Elaboração:

Deisiane Moreira Barreto Anziliero
Técnico Educacional Nível 2

Revisado por:

Vilson Mendes Bohre
Auxiliar de Serviços Diversos

Aprovado por:

Alessandro Barroso Duarte
Secretário Municipal de Esportes e Lazer
Decreto nº 0075/GAB/PM/JP/2025



Documento assinado eletronicamente por **DEISIANE MOREIRA BARRETO ANZILIERO, TECNICO (A) EDUCACIONAL NIVEL II - ADIDOS**, em 23/04/2026 às 15:52, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **VILSON MENDES BOHRE, AUX DE SERVICOS DIVERSOS - ADM**, em 23/04/2026 às 16:09, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO BARROSO DUARTE, SECRETARIO MUNICIPAL DE ESPORTES**, em 23/04/2026 às 16:14, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2622606** e o código verificador **31F59357**.

Referência: [Processo nº 1-3008/2026](#).

Docto ID: 2622606 v1

ANEXO II

CARTA PROPOSTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-3008/2026 - SEMES

OBJETO: Aquisição de materiais esportivos, destinados a suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes de Ji-Paraná/RO e viabilizar a execução integral do Termo de Convênio nº 65/2024/PGE-SEJUCEL, com vistas a garantir a infraestrutura adequada para as escolinhas de base, projetos sociais e eventos competitivos, bem como assegurar o direito constitucional ao esporte e lazer da população, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Dados do proponente:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Município: Estado: CEP:

Telefone:

E-mail:

Dados do responsável pela assinatura do Contrato:

Nome Completo:

CPF n.º

Cargo/Função:

Dados para contato/correspondência:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Dados para pagamentos:

Conta Corrente n.º

Agência n.º

Banco.....

À

Superintendência de Compras e Licitações

Prezados Senhores,

Apresentamos a V. S^a, nossa “**PROPOSTA DE PREÇOS**” pelo preço global de R\$ _____ (_____), nos termos do Edital e seus Anexos, conforme quadro abaixo:

| Item | Descrição | UND | Qnt. | Valor Unitário Estimado | Valor Total Estimado |
|------|---|-----|------|-------------------------|----------------------|
| 1 | APITO COM BOCAL DE SILICONE E CORDAO -115 DECIBEIS DE AL TO TOM SE ELEVA ACIMA DO RUIDO AMBIENTE, PODEM SER OUV IDOS A ATE 1,6 KM DE DISTANCIA100% FABRICADOS COM PLASTI CO ABS DE ALTO IMPACTO, POR ISSO SAO 100% IMPERMEAVEIS A UMIDADE: Sem partes móveis: nada para obstruir o som, nada para quebrar ou congelar: Primeira escolha de: NFL, NCAA, NBA, CFL FIBA e FIFA | UN | 5 | 50,00 | 250,00 |
| 2 | APITO MESARIO ARBITRO - MATERIAL :PLASTICO POTENCIA: 100 DECIBEIS/ BENEFICIOS:EMITE DOIS SONS (AGUDO E GRAVE) GA RANTIA:3 MESES CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO: | UN | 5 | 46,52 | 232,60 |
| 3 | BOLA DE BASQUETE FEMININA OFICIAL PARA JOGOS PROFISSIO NAIS: A BOLA DE BASQUETE FEMININA 6.8 APROVADA PELA FED ERAÇÃO INTERNACIONAL DE BASQUETE (FIBA), FEDERAÇÃO PA ULISTA DE BASQUETE (FPB) E LIGA NACIONAL DE BASQUETE (N BB), PARA JOGOS PROFISSIONAIS FEMININOS, CONSTRUÇÃO M ATRIZADA E ACABAMENTO ANTIDESLIZANTE QUE MELHORA A AD ERENCIA E FIRMEZA DA MAO COM A BOLA. CONFECCIONADA EM MICROFIBRA, OITO GOMOS, MIOLO CAPSULA SIS, PESO: 510-567 G, CIRCUNFERENCIA 72-74CM, FORRO MULTIAXIAL TERMOFIXO. BOLA OFICIAL UTILIZADA NA TEMPORADA VIGENTE DA DIVISAO E SPECIAL DO CAMPEONATO DA FEDERAÇÃO PAULISTA DE BASQUETE | UN | 8, | 548,00 | 4.384,00 |
| 4 | BOLA DE BASQUETE OFICIAL MIRIM; BOLA DE BASQUETE OFICIA L - PESO: 250-280G: Circunferência: 49-52cm, Gomos: 8, Laminado: Microfibra, Construção: Matrizada, Câmara: 6D, Sistema de Forro | UN | 13, | 320,50 | 4.166,50 |

| | | | | | |
|---|--|----|----|--------|-----------|
| | Multiaxia 1, Miolo: Cápsula SIS, Processo Extra: Aracnun | | | | |
| 5 | BOLA DE BASQUETE TAMANHO 5-RECOMENDADO PARA JOGADO RES MENORES DE 8 ANOS/GENERO: UNISSEX: Peso: 510 - 567 g/Tamanho: Nº 5/Circunferência: 27,5 polegadas (69.85 cm) Composição: Borracha de alta durabilidade e resistente à deformações (PU) | UN | 15 | 129,00 | 1.935,00 |
| 6 | BOLA DE BASQUETE TAMANHO 6 -RECOMENDADO PARA JOGAD ORES DE 9 ANOS OU MAIS. FABRICADA DE ACORDO COM AS ESP ECIFICAÇÕES OFICIAIS DA NBA. - GENERO: UNISSEX: Peso: 510 - 567 g, Tamanho: Nº 6, Circunferência: 28,5" polegadas (72.33 cm), Composição: Borracha de alta durabilidade e resistente à deformações (PU) | UN | 18 | 180,00 | 3.240,00 |
| 7 | BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO CIRCUNFERENCIA DE 68 A 70 CM, 410 A 450 GRAMAS, MATERIAL PU COM 0% DE ABSORÇÃO A AGU A, CONSTRUÇÃO TERMOTEC, CAMARA 6D, CAMADA INTERNA NE OGEL, DUPLA COLAGEM, MIOLO REMOVIVEL E LUBRIFICANTE. M ARCA APROVADA PELA FIFA. | UN | 50 | 410,00 | 20.500,00 |
| 8 | BOLA DE FUTSAL, MATERIAL PU, 8 GOMOS, TAMANHO DE 62 A 64 CM DE CIRCUNFERENCIA, PESO DE 400 A 440 GRAMAS, CONSTR UÇÃO TERMOTEC, CAMARA 6 D, CAMADA INTERNA NEOGEL, MIO LO REMOVIVEL E LUBRIFICADO. MARCA APROVADA PELA FIFA. | UN | 95 | 340,54 | 32.351,30 |
| 9 | BOLA OFICIAL DE FUTEVOLEI, O COURO DE ALTA DENSIDADE, C ONSTRUÇÃO SOFT BUILT NYLON WOUND PROPRIÇA UMA MAIOR MACIEZ E CONFORTO E AUXILIA NA MANUTENÇÃO DE SUA FORM A ORIGINAL, CARACTERISTICAS: - CALIBRAGEM IDEAL PARA FT-5 : 3,0 A 4,0 LIBRAS - A COR DO PINO DA BOLA PODERA VARIAR EN TRE PRETO OU BRANCO - 32 PAINEIS - TAMANHO 5 – OFICIAL - CI RCUNFERENCIA: 68-70CM - PESO: 410-450G - LAMINADA COM UM | UN | 8 | 398,13 | 3.185,04 |

| | | | | | |
|----|---|----|-----|--------|-----------|
| | A TECNOLOGIA DIFERENCIADA PARA UM MELHOR DESLIZE. PRE TO E BRANCO - PRETO E AMARELO | | | | |
| 10 | BOMBA PARA ENCHER BOLA DOUBLE ACTION, SAC, EM POLICAR BONATO, AGULHA EM LIGA ZINCO QUE CONTEM TAMPA DE BORR ACHA. | UN | 10 | 70,74 | 707,40 |
| 11 | BOLA SOCIETY: CARACTERISTICAS, PESO: 420-450G, CIRCUNFERENCIA: 66-69CM, GOMOS: 8, LAMINADO: PU, CONSTRUÇÃO: TERMOTEC, CAMARA: 6D, SISTEMA DE FORRO: TERMOFIXO, CAMADA INTERNA: NEOGEL, MIOLO: CAPSULA SIS, PROCESSO EXTRA: DUPLA COLAGEM, PU: CONFORTO. MATERIAL ELASTICO E MACIO QUE PROPORCIONA UM EXCELENTE NIVEL DE PERFORMANCE., TERMOTEC: MAXIMA PERFORMANCE E RENDIMENTO. TECNOLOGIA DE TERMOFUSAO QUE GARANTE 0% DE ABSORCAO DE AGUA, MANTENDO AS PROPRIEDADES DE PESO E VELOCIDADE DA BOLA: Precisão Total e Controle absoluto. Composto por 6 discos posicionados simetricamente, que deixam a bola mais esférica a Termofixo: Estabilidade. A câmara é enrolada com fios sintéticos, em um sistema de forro Multiaxial. Neogel : Elasticidade. Composto à base de borracha com amortecimento interno exclusivo Penalty. Cápsula SIS : Possui miololubrificado e substituível, além de bico alongado que envolve a agulha impedindo que perfure a câmara de ar. Dupla Colagem :Dupla camada de colagem, reforçando ainda mais a junção dos gomos e garantindo a vida útil da bola por muito mais tempo. | UN | 70 | 270,00 | 18.900,00 |
| 12 | Camisa Profissional UNISSEX (MALHA FRIA), SUBLIMAÇÃO, Gola em V, (Disponível Também no Modelo BabyLook) PP, P, M, G E GG, CORES VARIADAS, - Composição 65% POLIESTER - 35% VISCOSE, / Baixo amarrotamento/ Secagem rápida/Praticidade/ Alta durabilidade/ Antipilling (não dá bolinhas) /, COSTURA REFORÇADA/ARTES A SEREM | UN | 300 | 62,90 | 18.870,00 |

| | | | | | |
|----|---|----|-----|--------|----------|
| | DEFINIDAS PREVIAMENTE PELA SECRETARIA REQUISITANTE. | | | | |
| 13 | CAMISETA DRYFIT ESPORTIVA ANTI-ODOR MALHA FRIA ULTRA LEVE PREMIUM PERSONALIZADA COM SUBLIMAÇÃO, P, M, G E GG, MASCULINAS E FEMININAS (BABYLOOK) - MALHA COM TOQUE LEVE E MACIO. NAO AMASSA/ NAO PRECISA PASSAR FERRO/ TECIDO COM TECNOLOGIA ANTI ODOR. / RAPIDA ABSORÇÃO E EVAPORAÇÃO DE SUOR E NAO FICA MARCA DE SUOR/ TECIDO ALTAMENTE AREJADO, NAO ESQUENTA! CORES VARIADAS/TECIDO LEVE PROPORCIONANDO MELHOR FLEXIBILIDADE E CONFORTO: SECAGEM RAPIDA/MAIOR ABSORÇÃO DO SUOR/PROTEÇÃO UV 35+ EVITANDO QUEIMADURAS DE RAIOS SOLARES/ ARTES A SEREM DEFINIDAS PREVIAMENTE PELA SECRETARIA REQUISITANTE. | UM | 100 | 72,17 | 7.217,00 |
| 14 | MINI CONES Material: Plástico Flexível Altura: 23 CM Aplicação: Atividade Física Características Adicionais: Base 13 X 13 | UN | 100 | 17,99 | 1.799,00 |
| 15 | MINI CONES CHAPÉU CHINÊS Material: Pvc Altura: 4 CM Aplicação: Atividade Física Características Adicionais: Cone, Chapéu Chinês, Demarcatório, Cores Variadas | UN | 150 | 9,28 | 1.392,00 |
| 16 | PETECA DE BADMINTON – TUBO COM 6 UNIDADES - DE NYLON COM BASE DE CORTIÇA, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 6,5 X 6,5 X 8,5 CM E PESO APROXIMADO DE 10 GRAMAS. HOMOLOGADA NA LISTA DE MARCAS OFICIAIS DA BWF (FEDERAÇÃO MUNDIAL DE BADMINTON) | UN | 1 | 73,87 | 73,87 |
| 17 | RAQUETE DE BADMINTON, CONFECCIONADA EM AÇO E NYLON, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 66 X 20 X 3 CM E PESO APROXIMADO DE 115 GRAMAS. INCLUI 3 PETECAS PARA JOGAR IMEDIATAMENTE. VEM COM BOLSA PRÁTICA PARA TRANSPORTE. | UN | 5 | 180,97 | 904,85 |

| | | | | | |
|----|--|----|----|--------|----------|
| 18 | SACO PARA BOLA PERSONALIZADO/ SACO REDE PARA GUARDA R BOLAS/ DIMENSOES DO PRODUTO - DIMENSOES DO PRODUTO: 80C X 80L X 80A CENTIMETROS, TIPO DE ALÇA AJUSTAVEL, CAPA CIDADE PARA ATE 10 BOLAS DE FUTEBOL OU VOLEI. BOLAS MAI ORES COMO BASQUETEBOL PODE SERVIR ENTRE 7 A 8 BOLAS, MATERIAL RESISTENTE E DURAVEL: BASE EM NYLON 600, ALÇAS TIPO CORDAO: TRANSPORTE CONFORTAVEL E PRATICO, DESIGN DOBRAVEL: OCUPA POUCO ESPAÇO QUANDO NAO ESTÁ EM USO, CORDAO RESISTENTE COM AJUSTAVEL | UN | 6 | 98,00 | 588,00 |
| 19 | Rede Vôlei de Praia Premium Personalizada. 2,0 PE Nylon 4 Faixas Personalizadas /Composição: Fio 2,0 Polietileno (Nylon) c om tratamento UV – Malha 5 cm entre nós; 4 Faixas PVC Night & Day com Impressão Digital HD sendo 7 cm de largura na borda superior e inferior e 20 cm nas laterais; acompanha corda guia; Tamanho: (LxA) 9,50 x 1,00 m; tamanho da embalagem: ~ 50x35x18 cm | UN | 2 | 795,00 | 1.590,00 |
| 20 | Rede Oficial de Vôlei 4 Lonas Profissional modelo VO-4-4A Fio 4mm Seda, Rede com tamanho oficial de 4 lonas de algodão fi o 4mm com ilhós metálico e revestimento interno em sintético nas pontas para amarração *Rede com costura dupla, qualidade profis sional Lona Superior com 7cm de largura e lona inferior com 5cm de largura Medidas: 1,0 x 10 metros / Malha 10 x 10 cm / Fio 4mm (Seda) 100% Polipropileno | UN | 5 | 515,25 | 2.576,25 |
| 21 | Rede de Vôlei praia Profissional (4 Faixas) (Medidas: 9,5m de comprimento e 1,00m de altura. 4 faixas de lona de toldo impermeável, com tecnologia anti desbotamento. Malha de 10cm entre nós (oficial). Fio de nylon 2,00m, com tratamento anti-UV.) | UN | 3 | 450,00 | 1.350,00 |
| 22 | Rede de Vôlei Oficial 4 Faixas 100% Algodão (Tamanho da rede de vôlei oficial: 9,5m x 1m. Material da rede: fio nylon ou seda 2mm 100% virgem com tratamento UV. | UN | 15 | 461,28 | 6.919,20 |

| | | | | | |
|----|--|----|----|--------|-----------|
| | 4 faixas de algodão (laterais, inferior e superior. Malha de 10cm entre nós. | | | | |
| 23 | BOLA OFICIAL DE VOLEIBOL E UTILIZADA NOS CAMPEONATOS MUNDIAIS, OLIMPIADAS E PRINCIPAIS COMPETIÇÕES. BOLA OFICIAL DA CBV – CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL MATRIZ DA, 18 PAINES AERODINAMICOS PAINEL MICROFIBRA, TAMANHO 5 – OFICIAL, CIRCUNFERENCIA: 65-67CM, PESO: 260-280G, LAMINADA COM UMA TECNOLOGIA DIFERENCIADA PARA UM MELHOR DESLIZE E COM TRATAMENTO ANTIBACTERICIDA. SISTEMA DE MICROFIBRA COM TECNOLOGIA DOUBLE DIMPLE. APROVADA PELA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE VOLEIBOL (FIVB), APROVADA PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEI (CBV). MODELO DE REFERENCIA: MIKASA V200W OU SIMILAR. DE 30 DIAS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. BOLA VOLEIBOL, MATERIAL: POLIURETANO/MICROFIBRA ORIGINAL.: 260 A 280 G/CIRCUNFERENCIA: 65 A 67 CM | UN | 16 | 565,00 | 9.040,00 |
| 24 | BOLA DE VOLEI 8.0 - APROVADA PELA FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEI (FIVB)/APROVADA PELA FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEI. RESISTENTE A ABSORÇÃO DE ÁGUA. PESO: 260-280G, CIRCUNFERENCIA: 65-67CM, GOMOS: 18, LAMINADO: MICROFIBRA, CONSTRUÇÃO: TERMOTEC, CAMARA: 6D, CAMARA INTERNA: NEO TEC, SISTEMA DE FORRO: TERMOFIXO, SELO: IVS - TESTED BY FIVB, MIOLO: CAPSULA SIS (QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA E MODELO PENALTY PRO 8.0) | UN | 16 | 581,00 | 9.296,00 |
| 25 | BOLA DE VOLEI OFICIAL, PARA QUADRA PESO: 260-280G CIRCUNFERENCIA: 65-67CM GOMOS: 12 LAMINADO: PU SUPER SOFT, CONSTRUÇÃO: ULTRA FUSION CAMARA: 6D SISTEMA DE FORRO : | UN | 30 | 379,50 | 11.385,00 |

| | | | | | |
|---|--|----|---|--------|-------------------|
| | TERMOFIXO CAMADA INTERNA: EVACEL MIOLO: CAPSULA SIS, CONFORTO, MACIEZ E RESISTENCIA DURANTE A UTILIZAÇÃO, BENEFÍCIOS: MACIEZ E CONFORTO DURANTE O TOQUE. RESISTENCIA E DURABILIDADE. MENOR ABSORÇÃO DE ÁGUA, CAMARA AIRBILITY 6D QUE PROPORCIONA PRECISAO E CONTROLE ABSOLUTO DURANTE OS TOQUES E JOGADAS. GARANTIA DO FORNECEDOR | | | | |
| 26 | BOLA OFICIAL DE VOLEI DE PRAIA/MATERIAL: PAINEIS: 10/ NYLON POLIESTER/ SISTEMA DE VALVULA PARA BLOQUEAR A AREIA, COURO SINTETICO FEITO COM NYLON RECICLADO/ CAMARA INTERNA: 100% BORRACHA BUTILICA/ CIRCUNFERENCIA APROXIMADA: 66 - 68 CM/ PESO APROXIMADO: 260 - 280 G (QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA E MODELO MIKASA? BC550C-WYBR) | UN | 4 | 652,05 | 2.608,20 |
| 27 | BOLA OFICIAL DE VOLEI DE PRAIA 1ª LINHA; CONFECCIONADA COM PU PRO; 0% DE ABSORÇÃO DE ÁGUA; GOMOS: 12; CIRCUNFERENCIA APROXIMADA: 66-68CM; MATERIAL CAMARA: BORRACHA BUTILICA; PESO APROXIMADO: 260-280G; MASCULINO/FEMININO; MIOLO: REMOVIVEL E LUBRIFICAVEL SISTEMA CAPSULA SIS; TECNOLOGIA: TERMOTEC; COM SELO DE APROVAÇÃO DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE VOLEIBOL, COM GARANTIA DO FABRICANTE CONTRA DEFEITO DE FABRICA | UN | 5 | 349,90 | 1.749,50 |
| Valor total estimado para todos os itens..... (Cento e sessenta e sete mil, duzentos e dez reais e setenta e um centavos) | | | | | 167.210,71 |

Observações:

- Nos termos da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações **TODOS OS ITENS** são destinados à **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/MEI**

- *Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico – COMPRASGOV/CATMAT/CATSERV, e as especificações constantes no Anexo II deste edital, prevalecerão às últimas.*
- *Todos os itens deverão, no que couber, constar informações a respeito da marca/modelo/fabricação.*

Prazo de validade da Proposta: 60 (sessenta) dias (mínimo).

Local/ Forma de entrega: Conforme descrito no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

DECLARAÇÃO SOBRE A PROPOSTA APRESENTADA

Tendo examinado minuciosamente as normas específicas do **Edital do Pregão Eletrônico nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, objeto supracitado e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, **DECLARAMOS** expressamente que:

- a) A proposta apresentada para participar da presente licitação, foi elaborada de maneira independente por este licitante e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitante, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitante, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não será no todo ou parte direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitante antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não foi, no todo ou em parte direta ou indiretamente informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do presente órgão antes da abertura oficial das propostas;
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la;
- g) Entregará/Prestará, sob sua integral responsabilidade, os itens/serviços objeto do referido Edital, no valor ofertado.
- h) Nos preços indicados acima estão incluídos, além dos itens/serviços, todos os custos, materiais, benefícios, encargos, tributos, demais contribuições e todos os pormenores necessários à completa entrega dos materiais/realização do serviço, mesmo que posteriormente sejam verificadas falhas ou omissões na proposta.
- i) Conhece a legislação de regência desta licitação e que os componentes serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos e que conhece e aceita todos os seus termos, inclusive quanto ao pagamento e outros.

- j) Nenhum direito à indenização ou o reembolso de quaisquer despesas será devido, caso a proposta não seja aceita.
- k) Tem amplo conhecimento e aceitamos todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Local e data

Nome, cargo e assinatura do Representante Legal

ANEXO III
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)

- 1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 1.5. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 1.6. Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – MEI
 - 1.6.1. Os documentos acima deverão ser apresentados com **todas as suas alterações**, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados e ainda **acompanhado de documentos comprobatórios de seus administradores e procuradores.**

2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)

- 2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- 2.2. **Inscrição no cadastro de contribuintes** estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e **compatível** com o objeto contratual.
- 2.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- 2.4. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual**;
- 2.5. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Municipal**, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 2.6. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e
- 2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

2. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

- 3.1. Certidão Negativa de Ações de Falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, nos últimos **90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.
 - 3.1.1. Na hipótese de apresentação de **certidão positiva de recuperação judicial**, o (a) Pregoeiro (a) verificará o se o plano de recuperação judicial da licitante foi homologado pelo juízo, conforme determina o artigo 58 da Lei 11.101/2005.
 - 3.1.2. Caso a empresa licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, **a licitante será inabilitada**, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.
- 3.2. **Balanco patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, assinados pelo representante legal e pelo contabilista responsável, já exigíveis e apresentados na forma

estabelecida por lei para cada porte, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, **vedada a sua substituição** por balancetes ou balanços provisórios.

3.2.1. As empresas deverão apresentar **declaração assinada por profissional habilitado** da área contábil, que **atesta o atendimento** pela licitante dos índices econômicos: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) **superiores a 1**.

3.2.2. Quando qualquer um ou todos os índices econômicos (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) forem **inferiores ou igual a 1**, a empresa deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido ou capital social **no mínimo de 10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

3.2.3. Os documentos referidos no item 3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos**.

3.2.4. As empresas criadas **no exercício financeiro da licitação** deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura**.

3.2.5. O **microempreendedor individual (MEI)**, ainda que dispensado da elaboração de balanço patrimonial nos termos do Código Civil, deverá, para fins licitatórios, apresentar balanço patrimonial (BP) e as demais demonstrações contábeis (DRE), devidamente registrado.

4. HABILITAÇÃO TÉCNICA

4.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

4.2. A comprovação se dará mediante a apresentação de **no mínimo 01 (um) ATESTADO** fornecido por pessoas de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou, satisfatoriamente, serviços ou fornecimentos **iguais ou semelhantes** ao objeto desta licitação.

4.3. O (s) atestado(s)/certidões deverão estar necessariamente em nome do licitante, ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.

4.3.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.3.2. Os **materiais requisitados são simples e padronizados, facilmente disponíveis no mercado.**

4.3.3. A exigência da apresentação de catálogo pelos licitantes é suficiente para assegurar a qualidade e especificidade técnica e a necessidade de conformidade com padrões desportivos.

4.3.4. É condição para a formalização da aquisição que a empresa vencedora do certame apresente, após o julgamento e classificação das propostas catálogo contendo informações dos itens: **03, 04, 05, 06, 07, 08, 10, 11, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27**, conforme numeração estabelecida na tabela de descrição constante no Item 6 do Termo de Referência (Dos materiais e quantidades), com seus respectivos descritivos técnicos e devidamente identificados.

4.3.5. O catálogo apresentado será analisado por servidores da Secretaria Municipal de Esportes, com amplo conhecimento nas modalidades esportivas

dos itens correspondentes, sendo desclassificado o item da licitante que apresentar catálogo incompatível com as especificações exigidas neste Estudo.

5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

5.1. Declaração subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo **Anexo III** – A, elaborada em papel timbrado da empresa:

ANEXO III – A MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada na....., por meio de seu representante legal abaixo identificado, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

- a) atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em www.ji-parana.ro.gov.br
- h) no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- i) no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- j) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.10 do edital;

k) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

l) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

Obs: O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

Ji-Paraná, xx de xxxxxx de 202x.

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)

ANEXO IV
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Processo Administrativo nº.....

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, E A
EMPRESA.....**

A **PREFEITURA MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 04.092.672/0001-25, com sede e administração na Av. Dois de Abril, 1.701, bairro Urupá, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG n.º XXXXXX SSP/RO e CPF/MF n.º XXXXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, doravante denominado CONTRATANTE doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 0xxxxxxx/20xxxxx e em observância às disposições da **Lei nº 14.133/2021** e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é o fornecimento de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|-------------|----------------------|------------------------------|-------------------|---------------------------|------------------------|
| 1 | | | | | |
| 2 | | | | | |
| 3 | | | | | |
| ... | | | | | |
| | | | | | |

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1.** O Termo de Referência;
- 1.3.2.** O Edital da Licitação;
- 1.3.3.** A Proposta do contratado;
- 1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

1.3.5. O prazo de vigência da contratação é de contados do (a), na forma do CAPÍTULO V - DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS da Lei Federal n. 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

1.4. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

1.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual (***ou***) Será admitida a subcontratação do objeto contratual conforme previsto no capítulo..... do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

1.6. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

1.7. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

1.8. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

1.9. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

1.10. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice..... (***conforme Termo de Referência***), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.11. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.12. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.13. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.14. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.15. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

1.16. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

1.17. São obrigações do Contratante:

1.18. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

1.19. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

1.20. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

1.21. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

1.22. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

1.23. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

1.24. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

1.25. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

1.26. A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

1.27. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.

1.28. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

1.29. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

1.30. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

1.31. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);

1.32. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

1.33. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

1.34. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

1.35. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

1.36. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

1.37. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

1.38. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

1.39. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

1.40. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

1.41. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

1.42. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

1.43. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

1.44. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

1.45. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.46. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

1.47. 1.47 - Não haverá exigência de garantia contratual (**ou**) A exigência de garantia contratual da execução será a (conforme descrito no Termo de Referência).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

1.48. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 1.49.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- I. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - II. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - IV. Multa:**
 - 1. Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;
 - 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
 - 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
 - 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
 - 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
 - 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 1.50.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 1.50.1.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 1.50.2.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
 - 1.50.3.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 1.50.4.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

1.51. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.52. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.53. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

1.54. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.55. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.56. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

1.57. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

1.58. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

1.59. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

1.59.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

1.60. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1.60.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

1.60.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

1.60.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

1.61. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

1.61.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

1.61.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

1.61.3. Indenizações e multas.

1.62. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

1.63. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

1.64. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

1.64.1. Fonte de Recursos:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

1.65. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

1.66. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

1.67. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

1.68. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

1.69. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

1.70. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

1.71. As partes elegem o Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO, em detrimento de qualquer outro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Prefeito do Município de Ji-Paraná

Secretário/Presidente

Representante legal do Contratado

Procurador Geral do Município

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-